

# Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aberto o prazo para declarar IR ..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ex-ministro muda versão e diz à PF que joias seriam do Estado ..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacote de Haddad completa dois meses sob riscos no Congresso ..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamentos estaduais em risco e pacto federativo (Artigo) ..... 11

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Monitoramento de cidadãos pela Abin expõe o uso das instituições de Estado (Editorial)  
..... 12

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

As virtudes da Receita Federal - ELIO GASPARI ..... 13

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Possível risco nas finanças estaduais explicita necessidade de um novo pacto federativo; leia  
artigo  
..... 14

VALOR ONLINE - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Medidas arrecadam, mas criam insegurança jurídica ..... 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Lula crítica ministros por propostas sem o seu aval ..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Desenrola e redução em taxas são contraditórios ..... 19

PORTAL R7 - NACIONAL - O QUE É QUE EU FAÇO SOPHIA  
SEGURIDADE SOCIAL

IR 2023: veja como criar a conta gov.br prata ou ouro para acessar a declaração pré-  
preenchida  
..... 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Governo pretende investigar programa secreto da Abin ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agro e serviços no caminho da reforma ..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bancada ruralista diz que não aceitará alíquota única na reforma..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Deputado defende devolução de tributos em saúde e educação..... 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após ouvir proposta de Haddad, Alckmin defende redução dos juros..... 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNC reitera apoio à reforma tributária..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad busca Estado parceiro do investidor (Artigo)..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta prevê transformar cinco impostos em um só..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tarcísio sinaliza a Baleia e Ribeiro apoio a reforma..... 34

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária dará "choque de eficiência" na economia, diz Haddad..... 35

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Frente do Empreendedorismo reivindica desoneração da folha na reforma tributária..... 37

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presidente da CAE vê pouco espaço para reforma tributária ser aprovada neste ano..... 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alíquota unificada prejudica serviços, diz pesquisa..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Produtividade cai em 2022 e cenário para 2023 segue pouco animador..... 41

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Nova regra fiscal não sai antes do Copom..... 44

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE  
ECONOMIA

Rodoanel Norte é leilado e obra tem previsão de entrega para 2026..... 46

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Senado quer debate com Haddad, Tebet e Campos Neto..... 48

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Inflação anual argentina de 102,5% é a maior em 31 anos..... 49



# Aberto o prazo para declarar IR

O prazo para envio da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física de 2023 (IRPF) da **Receita Federal** começa às 8h de hoje e vai até a meia noite de 31 de maio, quando os lotes de restituição começam a serem liberados. A instituição espera receber entre 38,5 milhões e 39,5 milhões de declarações. Para especialistas, adiantar a entrega da declaração é importante para evitar erros e a temida malha fina.

De acordo com Mônica Porto, contadora e parceira da Omie, empresa de gestão contábil e financeira, é importante não correr o risco de perder o prazo.

"Neste caso, no primeiro dia de declaração o contribuinte pode baixar o sistema vigente do ano e explorá-lo, mesmo que já o conheça o de outros anos", pontuou.

Para a contadora, é importante também iniciar a coleta de documentos com antecedência.

"Caso seja o contador do contribuinte a fazer sua declaração, é essencial enviar os documentos o quanto antes", ressaltou.

Confira no quadro ao lado quem deve prestar contas ao Leão e quais são os principais documentos necessários para preencher a declaração. Mônica Porto ressaltou que, no caso de despesas com serviços, o declarante deve incluir aquelas que podem auxiliar na diminuição de imposto a pagar, como gastos com educação, médicos e dentistas (seja do titular seja dos dependentes), previdência privada e pensão alimentícia. "Os empréstimos e dívidas acima de R\$ 5 mil e as contas bancárias com valores acima de R\$ 140 também precisam ser declarados", disse.

Além dos documentos listados ao lado, podem ser necessários outros, dependendo das movimentações financeiras e bens de cada pessoa. "Alguns documentos adicionais podem ser comprovantes de rendimentos fornecidos pelas fontes pagadoras, informe de rendimentos de bancos, corretoras e outras instituições financeiras, comprovantes de Carnê- Leão com os devidos DARFs pagos (no caso de contribuintes que recebem aluguéis) e informe de rendimentos do cônjuge e dependentes, entre outros", afirmou a contadora. "Para quem investe em bolsa de valores também é necessário o controle dos ativos financeiros com nome, código do bem, total adquirido, valor unitário das ações, CNPJ das empresas, e valor total pago." A malha fina é um processo de verificação

e análise das informações prestadas pelo contribuinte na sua declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física à **Receita Federal do Brasil**. O objetivo deste processo é garantir a veracidade e a consistência das informações prestadas, identificando eventuais inconsistências ou omissões que possam levar a erros no cálculo do imposto devido pelo contribuinte.

Segundo Maurício Gilberto Cândido, conselheiro e coordenador- adjunto da Comissão do Imposto de Renda 2023 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para não cair na malha fina, é importante tomar alguns cuidados na hora de declarar os rendimentos, despesas e deduções.

"Mantenha em ordem seus comprovantes e documentos necessários para a declaração do Imposto de Renda, informes de rendimentos, extratos bancários e, para ser mais assertivo, use a declaração pré-preenchida pela **Receita Federal do Brasil**, que este ano de 2023 está com mais informações disponíveis", aconselhou.

Para quem cair na malha fina, Cândido ressaltou que é importante identificar a não conformidade apresentada na notificação da Receita.

"Em seguida, junte os comprovantes que possam provar a inconsistência apresentada pela malha, entre em contato com a **Receita Federal** via E-cac e atenda a notificação dentro do prazo estipulado.

Certamente você sairá da malha", disse. "Caso a Receita esteja correta no seu procedimento de malha, basta recolher a diferença do imposto apurado com as suas combinações legais", explicou.

Caso tenha dúvida, o Correio preparou um especial de Imposto de Renda no site [www.correio braziliense.com.br](http://www.correio braziliense.com.br)

com.br com tira-dúvidas.

Aproveite e faça seu questionamento.

**Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/03/15/all.pdf>



## **Hora de enfrentar o Leão**

Confira algumas dicas para fazer um ajuste de contas tranquilo com a Receita Federal

### **DEVE APRESENTAR A DECLARAÇÃO DO IR QUEM:**

- Teve rendimentos tributáveis acima de **R\$ 28.559,70** em 2022;
- Receberam rendimentos isentos e não tributáveis acima de **R\$ 40 mil**;
- Somaram bens acima de **R\$ 300 mil** no ano passado;
- Tiveram receita bruta com atividade rural, acima de **R\$ 142.798,50**;
- Tiverem ganho de capital na venda de bens;
- Realizaram vendas de ações com valor acima de **R\$ 40 mil** ou que apuraram o imposto na venda de ações;
- Optaram por isenção na venda de imóvel para adquirir outro no prazo máximo de **180 dias**.

### **PRINCIPAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:**

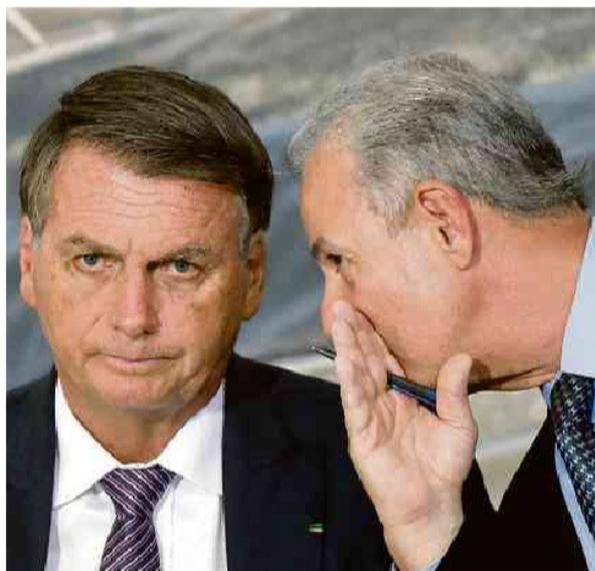
- CPF, comprovante de residência, dados bancários;
- Título de eleitor e última declaração de ajuste anual do IR (se houver) do declarante;
- Nome, CPF e data de nascimento de dependentes, alimentandos e cônjuge, caso tenha;
- Comprovantes de rendimentos das fontes pagadoras (salários, aluguéis, aplicações financeiras etc);
- Comprovante de despesas, principalmente que proporcionem dedução do IR (gastos médicos, educação etc).

Fonte: Receita Federal

# Ex-ministro muda versão e diz à PF que joias seriam do Estado



Caixa das joias apreendidas pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos, da marca suíça Chopard. Danilo Verpa/Folhapress



O ex-presidente Jair Bolsonaro com seu então ministro Bento Albuquerque. Adriano Machado - 21.mar.22/Reuters

**Julio Wiziack Brasília / Artur Rodrigues e Camila Mattoso são paulo**

Em depoimento à Polícia Federal nesta terça (14), o ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque mudou sua versão sobre as joias recebidas em viagem à Arábia Saudita, em 2021, e disse que o conjunto que não foi apreendido pela Receita foi trazido ao Brasil em sua bagagem.

Albuquerque disse que só abriu a caixa, contendo um relógio e outras joias masculinas, após chegar a Brasília, onde os objetos ficaram no cofre do ministério por sete meses até deixar o comando da pasta, em maio do ano passado.

O estojo fazia par com outro que foi apreendido na alfândega do aeroporto de Guarulhos (SP) e que foi pego na mala de seu auxiliar Marcos Soeiro -um dos três integrantes da comitiva oficial que voltava da Arábia Saudita.

Albuquerque afirmou que, como o conjunto da Chopard de R\$ 16,5 milhões apreendido na mala de seu auxiliar, "apenas supôs" serem presentes para o ex-presidente Jair Bolsonaro e a primeira-dama Michelle, já que ambos tinham sido convidados para a viagem.

Disse ainda que foi ao evento representando o presidente. À PF, disse que eram presentes para o governo brasileiro, mudando sua versão inicial. Informou ter mantido os supostos presentes para Bolsonaro no ministério enquanto aguardava o desfecho da **Receita Federal** para a apreensão das joias femininas.

O caso foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Mesmo sem um desfecho, no último dia 29 de novembro, a praticamente um mês de Bolsonaro encerrar o mandato, o assessor especial do Ministério de Minas e Energia Antônio Carlos Ramos de Barros Mello entregou o estojo não fiscalizado pela Receita ao Palácio do Planalto.

Naquele momento, o ministério de Minas e Energia já era comandado por Adolfo Sachsida, amigo de Bolsonaro e ex-integrante da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Após reportagem da Folha sobre a entrega do suposto presente a Bolsonaro, a Receita afirmou não ter sido avisada sobre a existência desse estojo e informou que tomaria as providências legais. O Tribunal de Contas da União já proibiu Bolsonaro de usar ou vender esse conjunto não apreendido.

O ex-ministro disse aos delegados da PF que, no momento da apreensão das joias femininas, foi chamado de volta à alfândega por Marcos Soeiro, que trazia outros presentes na mala.

Albuquerque explicou que a comitiva -chefiada por ele e que contava com Marcos Soeiro e Christian Vargas recebeu diversos presentes. E que, ao ver as joias,

supôs serem presente para a primeira-dama, já que a comitiva só carregava presentes para o governo.

Já à PF sustentou que, mesmo sendo presente supostamente destinado à primeira-dama, eram artigos encaminhados ao governo brasileiro.

A nova versão do ministro foi sustentada pelo documento que ele assinou no momento da apreensão dos objetos na alfândega do aeroporto de Guarulhos. Nele, Albuquerque declarou que todos os objetos dados na Arábia Saudita eram para o governo brasileiro. Ele usou a existência do vídeo gravado durante a inspeção para confirmar seu depoimento.

Disse que foi à Arábia Saudita representando o então presidente Bolsonaro.

O ex-ministro também alterou sua versão para o segundo estojo, que entrou no país sem declaração.

À Folha ele havia afirmado que os artigos tinham sido embarcados na mala de outro integrante, Cristian Vargas, um servidor do Ministério de Relações Exteriores hoje indicado para ser embaixador em Cuba.

À PF, assumiu que estava com a caixa que entrou sem inspeção. Comandada por Albuquerque, a comitiva viajou entre 20 e 26 de outubro de 2022. Ele afirmou que os dois pacotes foram dados por integrantes do governo saudita quando a comitiva já estava saindo do hotel, em Riade.

O ex-ministro disse que as duas caixas estavam seladas e que ninguém suspeitou se tratar de objetos de valor já que, no evento, vários presentes foram trocados pela comitiva.

Disse ter recebido azeites, tâmaras e bebidas. Por esse motivo, afirmou ter mantido o pacote selado sem conhecer seu conteúdo.

O ex-ministro afirmou que os dois pacotes foram distribuídos nas malas e que não fizeram as declarações porque, supostamente, não acharam que passariam de US\$ 1.000 cota máxima permitida pela lei para a entrada de itens livres de declaração.

Integrantes do governo Lula têm feito uma série de críticas a Bolsonaro e ao ex-ministro por causa do episódio.

O ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, já tachou a tentativa de trazer as joias como "contrabando ilegal".

No Tribunal de Contas, o ministro Augusto Nardes

escreveu em decisão na semana passada que os fatos "revelam-se de elevada gravidade, seja pelo valor dos objetos questionados, seja pela relevância dos cargos ocupados pelos eventuais autores das irregularidades tratadas".

Ele também determinou diligências à PF e à **Receita Federal**. A Polícia Federal passou a investigar o episódio após pedido do ministro da Justiça, Flávio Dino, no início do mês. Dino disse na ocasião que pode ter havido no caso crimes como descaminho e peculato.

O ex-presidente Bolsonaro tem dito que não cometeu nenhuma irregularidade.

Receita intima Bento Albuquerque sobre 2- presente de árabes

A **Receita Federal** intimou o ex-ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) a explicar a entrada no Brasil de um segundo estojo de joias depois entregue ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Os auditores de Guarulhos querem saber por que a comitiva não seguiu o roteiro tradicional, pelo regime de importação, voltado a casos de incorporação de bens públicos.

Para eles, se um presente foi dado com esta finalidade não haveria a possibilidade de declará-lo como bem próprio.

O caso das joias, tanto as interceptadas quanto as que passaram despercebidas, é considerado atípico em tudo. No caso do governo a praxe é que os materiais venham como bagagem diplomática, e o pedido de incorporação ao patrimônio deve ser feito via Secretaria-Geral da Presidência.

Normalmente, para agilizar o processo de importação, a Receita é avisada com antecedência. O material, necessariamente, seria retido por algumas horas, mas em geral a liberação ocorre no mesmo dia.

"Eu nunca participei de um caso [de presente] que tenha vindo com o passageiro. Em geral, vem como bagagem diplomática, pela própria embaixada. Para ser sincero, também nunca peguei algo de valor tão elevado. Então, não é o comum. Agora, não é proibido. Se ele fizesse certo, não seria proibido. A questão foi a forma que foi feita", afirma Mario de Marco, delegado da Alfândega do aeroporto de Guarulhos.

Ele não deu detalhes específicos da investigação. Mas disse que não é cabível alegar desconhecimento de normas. Ainda mais autoridades com assessoria à

disposição.

No caso da comitiva de Bento Albuquerque, como ocorre rotineiramente, a abordagem não é realizada de maneira casual. É feito um cruzamento de 50 pontos para que a decisão seja tomada.

Soeiro não se manifestou sobre o caso. Vargas afirma ter retornado ao Brasil carregando apenas artigos pessoais e que, ao desembarcar no aeroporto de Guarulhos, não portava itens oferecidos como presentes oficiais ao governo Bolsonaro.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50216>**

# Pacote de Haddad completa dois meses sob riscos no Congresso



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad; voto de qualidade do Carf é medida que mais gera apreensão Gabriela Bilo - 13.mar.23/Folhapress

**Victoria Azevedo César Feitoza**

## BRASÍLIA

O pacote apresentado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) para melhorar as contas públicas completou nesta semana dois meses desde o anúncio em meio a dificuldades de articulação do governo. Os problemas vêm gerando alertas à equipe econômica quanto aos riscos de desidratação das medidas no Congresso - e a consequente frustração da melhora das contas públicas prometida pelo ministro.

As dificuldades nas negociações ocorrem em um momento considerado crucial para Haddad, já que o governo apresenta neste mês a proposta de regra para substituir o teto de gastos -que também depende de aprovação dos parlamentares. O tema é um dos mais aguardados pelo mercado, por interferir de forma direta nas expectativas quanto à sustentabilidade fiscal do país ao longo dos próximos anos.

O cenário é observado em meio à tentativa de o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) formar uma base sólida de apoio no Legislativo, em especial na Câmara dos Deputados. Até o momento, o petista tem apoio firme de menos da metade do total de integrantes da Casa.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) apresentou

em janeiro pacote econômico que inclui três medidas provisórias sob análise no Congresso - Pedro Ladeira/Folhapress

Parlamentares ouvidos pela Folha reconhecem a atuação do ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) nas negociações, em movimentos como encontros com bancadas, liberação de emendas e nomeações nas estruturas de governo. Mesmo assim, avaliam que é preciso dar mais celeridade ao processo.

Entre os itens do pacote apresentado por Haddad em 12 de janeiro, o que mais gera apreensão no momento é a MP (medida provisória) que restabelece o chamado voto de qualidade do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** -tribunal administrativo que julga conflitos tributários entre contribuintes e a **Receita Federal**. O instrumento faz com que, em casos de empate, um representante do governo decida sobre o tema.

Diante do risco de derrota, o governo já havia costurado um novo texto em acordo com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Mas o assunto não é dado como encerrado por deputados, e no próprio Ministério da Fazenda há dúvidas quanto à aprovação da medida nos moldes negociados.

As MPs do governo têm força imediata de lei, mas precisam ser aprovadas pelo Congresso em até quatro meses -caso contrário, perdem a validade.

À Folha, líderes afirmam, sob reserva, que causou mal-estar o Congresso ter sido alijado das negociações entre governo e OAB, e dizem que é preciso discutir outros pontos da MP. Do jeito que está, dizem, ela será derrubada.

Até mesmo deputados da base do governo apresentaram emendas para acabar com o voto de qualidade do **Carf**. Eles defendem que, em caso de empate no julgamento, o resultado seja favorável ao contribuinte (como funciona desde 2020).

"O equilíbrio das contas públicas caminha, necessariamente, pela reorganização de despesas obrigatórias, redução de subsídios e incentivos fiscais setoriais e na instituição de arcabouço fiscal saudável. Não é medida adequada ao fim desejado -aumento de

arrecadação- o retorno do voto de qualidade pró-Fisco", disse o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), vice-líder do governo, em emenda apresentada contra a MP (na verdade, o voto de qualidade pode ser tanto pró-Fisco como pró-contribuinte).

Um cacique do centrão afirma, no entanto, que há margem para diálogo com o Executivo na tentativa de se encontrar um meio termo.

Segundo relatos, o próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ficou insatisfeito por ter sido escanteado nas negociações sobre a MP. Em conversas com aliados, Lira disse que o acordo não deve ser levado em consideração pelo Congresso, que tem autonomia para decidir o tema.

O presidente da Câmara também deixou clara sua insatisfação em reunião com o secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo, na semana passada.

Ciente dos problemas na relação, o presidente Lula se reuniu com Lira na última quinta-feira (9) e, segundo participantes do jantar, disse que todos os ministros do governo estão à disposição para conversar e esclarecer todos os assuntos.

Apesar dos impasses e diante da falta de base parlamentar aliada ao governo, o presidente da Câmara está dando tempo para o Planalto se organizar na Casa. Ele tem colocado pautas menos polêmicas para votação no plenário e intermediou acordos de interesse do governo para a distribuição das comissões.

Lideranças parlamentares, no entanto, avaliam que a boa vontade de Lira pode se esgotar em breve, e as primeiras derrotas para o governo podem sair entre março e abril.

Em encontro com empresários na segunda passada (6), o presidente da Casa disse que Lula não tem votos no Congresso para aprovar reformas econômicas. Ele afirmou que o petista precisa de tempo para se estabilizar internamente, organizar uma base parlamentar e encontrar um rumo para tocar suas pautas.

"Teremos um tempo também para que o governo se estabilize internamente. Porque hoje o governo ainda não tem uma base consistente, nem na Câmara, nem no Senado, para enfrentar matérias de maioria simples -quanto mais matérias de quórum constitucional", disse Lira.

"Temos um governo que foi eleito com margem de votos mínima e que precisa entender que temos Banco Central independente, agências reguladoras,

Lei das Estatais e um Congresso com atribuições mais amplas e que isso precisa ser negociado com bom senso, muita conversa, amplitude, clareza, mas com rumo, rumo que precisamos definir agora em março", afirmou.

Por outro lado, parlamentares afirmam ainda que outro impasse a ser superado e que incide no andamento das matérias de governo gira em torno da disputa entre Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre o retorno das comissões mistas que analisam as MPs.

Desde fevereiro, Pacheco articula com lideranças partidárias o retorno das comissões mistas. A medida agrada senadores, que têm reclamado que recebem as medidas com pouco tempo para análise, perto de caducar, com a demora da Câmara em votar as propostas.

O presidente da Câmara, no entanto, é contrário ao retorno de imediato. Parlamentares afirmam que a cúpula da Câmara defende que as comissões sejam instaladas somente em agosto.

Na prática, essa estratégia dá mais poder a Lira, que mantém a indicação dos relatores das medidas provisórias e define o ritmo das votações.

Como a Folha mostrou, o impasse foi tratado em reunião entre Lula e Lira na quinta. O governo tem interesse em superar essas divergências.

Dentre as MPs assinadas por Haddad há dois meses, também corre risco de ser derrubada a que transfere o Coaf (Controle de Atividades Financeiras) do Banco Central para o Ministério da Fazenda.

A MP dos combustíveis também pode ser modificada, o que, conforme mostrou a Folha, já fez o governo traçar a estratégia de postergar ao máximo sua votação.

Se uma MP não for aprovada no prazo de 45 dias, tranca a pauta de votações da Casa em que se encontra até que seja votada ou perca sua validade.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50216&maxTouch=10&anchor=6474245&pd=a8572c365c89831d085213fde5b687c7>

# Orçamentos estaduais em risco e pacto federativo (Artigo)

*Cristiane Alkmin J. Schmidt Doutora em Economia pela FGV EPGE, secretária de Economia de Goiás, vice-presidente do Comsefaz, foi conselheira do Cade*

Uma hecatombe nas finanças estaduais e municipais é esperada a partir de 2023. Por um lado, pisos salariais têm sido aprovados no Congresso Nacional, para além de 80 projetos de piso em tramitação. Por outro, houve um brutal e não planejado corte na receita desses entes. Não se objetiva avaliar o mérito dos atos, mas pontuar que a conta não fecha.

Em junho de 2022, o Executivo federal sancionou duas Leis Complementares (LCs).

A LC 192 obriga os Estados a cobrarem o ICMS dos combustíveis de forma monofásica, com alíquota por litro (ad rem) e única no Brasil. A LC 194 determina que os combustíveis, as comunicações, a energia elétrica e o transporte coletivo passem a ter alíquota do ICMS em 18% e não mais em 30%. As perdas permanentes anuais para os 27 entes são da ordem de R\$ 100 bilhões a partir de julho de 2022.

Além disso, o contencioso sobre a incidência das tarifas Tust e Tust na base de cálculo da energia elétrica foi inserido na LC 194 e trará perdas adicionais permanentes anuais de R\$ 34 bilhões. Por fim, há o Difal, que, para 2022, provocará perda extra de R\$ 13 bilhões.

Depois de 16 Estados judicializarem e terem liminares favoráveis, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu o prazo até 1/4/2023 para a União e os Estados fazerem um acordo.

Além da Tust/Tust e do Difal, há a "não essencialidade" da gasolina. Como esses três temas não causam prejuízo ao Tesouro Nacional, os Estados esperam apoio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tem sido parceiro, assim como os 27 governadores foram empáticos acerca do voto de qualidade do **Carf**. O único item com ônus para a União concerne à compensação relativa às perdas estaduais decorrentes da LC 194 restritas ao período de julho a dezembro de 2022. A partir de 2023, as perdas serão permanentes e sem compensação.

Os Estados almejam, destarte, ter entendimentos favoráveis sobre a "não essencialidade" da gasolina e

Tust/Tust, e garantir algum caixa (Difal e compensação), para minimizar as perdas permanentes estruturais.

Anseia-se, pois, selar um novo pacto federativo, iniciando com acordo entre a União e os Estados, patrocinado pelo STF e anuído pelo Congresso Nacional. Ademais, e mais importante, deve-se refletir qual o nível de gastos e tributação que queremos ter e, com isso, desenhar uma **reforma tributária** que traduza esse desejo social.

Como responsabilidade fiscal precede responsabilidade social, como os vulneráveis precisam do Estado, e como os Três Poderes querem ver o Brasil crescer com maior justiça social, seria desejável que as autoridades evitassem uma crise fiscal nos Estados a partir de 2023. Seria um desastre também para a União, logo, para o País.

Cristiane Alkmin J. Schmidt Doutora em Economia pela FGV EPGE, secretária de Economia de Goiás, vice-presidente do Comsefaz, foi conselheira do Cade

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Monitoramento de cidadãos pela Abin expõe o uso das instituições de Estado (Editorial)

Nos três primeiros anos do governo Jair Bolsonaro, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) usou um programa secreto que lhe permitia acompanhar a localização em todo o território nacional de até 10 mil celulares por ano. Como revelou O GLOBO, tudo foi feito sem protocolo, autorização da Justiça ou justificativa plausível para bisbilhotar os alvos, que permanecem desconhecidos. Há relatos de uso do programa até para vigiar agentes da própria Abin.

A Abin não tem autorização legal para acessar dados privados de cidadãos, protegidos por lei. A legislação que regula a agência, de 1999, não prevê o monitoramento de celulares nem o rastreamento da localização de alvos. De tão absurdo, o procedimento suscitou uma investigação interna para apurar o uso da ferramenta de espionagem, cujo desfecho é desconhecido.

Desenvolvido pela israelense Cognyte (ex-Verint), o software foi comprado por R\$ 5,7 milhões, sem licitação, em 2018, no fim do governo Michel **Temer**. Foi usado no governo Bolsonaro até meados de 2021. Permitia rastrear o paradeiro de proprietários de celular que usavam as redes 2G, 3G e 4G por meio das informações transmitidas pelos aparelhos às torres de comunicação, conhecidas tecnicamente como "metadados" Oferecia até a possibilidade de criar alertas em tempo real sobre as movimentações dos alvos.

A Abin, que em tese deveria fornecer informações ao Executivo para garantir a segurança do Estado, tornou-se, como tantas outras instituições oficiais, uma linha auxiliar do governo Bolsonaro para proteger o presidente, familiares e amigos. Recentemente, descobriu-se que até a **Receita Federal** violou ilegalmente sigilo de opositores. Na reunião ministerial de 22 abril de 2020, Bolsonaro cobrou com veemência informações do sistema de inteligência, para proteger os seus. "Prefiro não ter informação do que (sic) ser desinformado pelo sistema de informações que eu tenho", disse ele.

A Abin, informou O GLOBO, é acusada de ter levantado informações sobre negócios nebulosos de Jair Renan, filho mais novo de Bolsonaro, na tentativa de prevenir riscos ao governo. Em 2020, a revista Época revelou que ela produziu pelo menos dois relatórios para orientar o senador Flávio Bolsonaro e

seus advogados no pedido de anulação da investigação das suspeitas de "rachadinhas" na Assembleia Legislativa do Rio. Na CPI da Covid, como noticiou a revista Crusoé, a Abin foi usada para escarafunchar irregularidades em estados e municípios com o intuito de mudar o foco da discussão.

O uso da Abin para invadir a privacidade dos cidadãos precisa ser investigado para que ações à margem da lei possam ser punidas. É fundamental apurar que informações foram colhidas, quem eram os alvos, quem determinou o monitoramento e com que objetivo. O episódio também serve de alerta para o atual governo, que precisa ser cobrado da mesma forma. Instituições de Estado como a Abin devem servir à sociedade, e não aos interesses personalíssimos dos ocupantes ocasionais do Palácio do Planalto.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# As virtudes da Receita Federal - ELIO GASPARI

**ELIO GASPARI**

Se e quando a turma que tentou liberar as joias das Arábias na **Receita Federal** do aeroporto de Guarulhos for assistir a "Tudo em todo o lugar ao mesmo tempo", os doutores terão um momento de satisfação quando Evelyn (Michelle Yeoh, que levou o Oscar de Melhor Atriz) acerta um soco na boca da auditora Deirdre, da Receita americana (Jamie Lee Curtis, que levou a estatueta de Atriz Coadjuvante).

O filme lida com realidades paralelas numa comédia. O caso das joias das Arábias lida com realidades paralelas da trágica vida real dos poderes de Brasília.

O assessor do ministro-almirante achava que poderia passar com as peças pela alfândega de Guarulhos. Não conseguiu. O ministro-almirante achou que, indo ao auditor que havia apreendido as joias, re-solveria a questão. Nada feito. Tempos depois, o tenente-coronel do Planalto achou que desembaraçaria as joias e mandou um sargento a Guarulhos. Outro auditor recusou-se a liberar o mimo. O sargento ligou para o tenente-coronel e explicou que sua missão estava encalhada. Ofereceu ao auditor seu telefone para que falasse com o poderoso tenente-coronel, braço direito do então presidente da República. O auditor explicou que não falava ao telefone em situações daquele tipo.

Do almirante ao tenente-coronel, passando pelo sargento, todos viviam uma realidade, a dos poderosos. Os auditores da Receita viviam a realidade de uma burocracia rígida. Ela é treinada no exemplo do secretário da Receita Osiris Lopes Filho, aquele que deixou o cargo em 1994, depois de peitar os bancos e de ter sido impedido de cobrar os **tributos** devidos pelos passageiros do avião que transportou a seleção tetracampeã do mundo. Ou ainda no exemplo de Lina Maria Vieira, submetida a um processo de fritura durante o mandarinato do ministro Guido Mantega. Foi dela a seguinte frase:

-O bom contribuinte se sente um otário. A Receita tem mais de 10 mil auditores fiscais, todos chegaram por concurso, e todos têm uma carreira de Estado. Num universo desse tamanho, há de tudo, mas nele vigora a Lei de Serpico. Frank Serpico era um policial de Nova York que levou um tiro na cara, dado por traficantes associados a policiais corruptos. Ele denunciou as malfeitorias da polícia da cidade, e sua

lei reza assim:

-É o policial corrupto quem deve **temer** o honesto, não o contrário.

Os auditores de Guarulhos travaram as joias da Arábias porque foram temperados em bons exemplos e não temem, são temidos. Seguem as normas e raramente falam. Quando falam, às vezes dão sono.

Vale lembrar que meses antes da apreensão das joias das Arábias um hierarca da Receita visitava o Planalto a bisbilhotar a vida de inimigos do rei. Em pelo menos duas ocasiões, hierarcas da Receita foram contactados por poderosos interessados na liberação das joias. Nada feito. É um efeito da Lei de Serpico.

A realidade paralela dos poderosos costuma prevalecer. Se não fosse assim, a turma das joias das Arábias jamais teria tentado atropelar os auditores com suas car-teiradas.

Resta à turma das joias o consolo de ver o filme "Tudo em todo o lugar ao mesmo tempo"

**Notícias Relacionadas:**

FOLHA DE S. PAULO - SP

As virtudes da **Receita Federal**

O POPULAR - GO

As virtudes da **Receita Federal**

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA

As virtudes da **Receita Federal**

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA

As virtudes da **Receita Federal**

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Possível risco nas finanças estaduais explicita necessidade de um novo pacto federativo; leia artigo

Uma hecatombe nas finanças estaduais e municipais é esperada a partir de 2023. Por um lado, pisos salariais têm sido aprovados no Congresso Nacional, para além de 80 projetos de piso em tramitação. Por outro, houve um brutal e não planejado corte na receita desses entes. Não se objetiva avaliar o mérito dos atos, mas pontuar que a conta não fecha.

Em junho de 2022, o Executivo federal sancionou duas Leis Complementares (LCs). A LC 192 obriga os Estados a cobrarem o ICMS dos combustíveis de forma monofásica, com alíquota por litro (ad rem) e única no Brasil. A LC 194 determina que os combustíveis, as comunicações, a energia elétrica e o transporte coletivo passem a ter alíquota do ICMS em 18% e não mais em 30%. As perdas permanentes anuais para os 27 entes são da ordem de R\$ 100 bilhões a partir de julho de 2022.

Além disso, o contencioso sobre a incidência das tarifas TUSD e TUST na base de cálculo da energia elétrica foi inserido na LC 194 e trará perdas adicionais permanentes anuais de R\$ 34 bilhões. Por fim, há o DIFAL, que, para 2022, provocará perda extra de R\$ 13 bilhões.

Depois de 16 Estados judicializarem e terem liminares favoráveis, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu o prazo até 1/4/2023 para a União e os Estados fazerem um acordo. Além da TUSD/TUST e do DIFAL, há a não essencialidade da gasolina. Como esses três temas não causam prejuízo ao Tesouro Nacional, os Estados esperam apoio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tem sido parceiro, assim como os 27 governadores foram empáticos acerca do voto de qualidade do **Carf**.

O único item com ônus para a União concerne à compensação relativa às perdas estaduais decorrentes da LC 194 restritas ao período de julho a dezembro de 2022. A partir de 2023, as perdas serão permanentes e sem compensação.

Os Estados almejam, destarte, ter entendimentos favoráveis sobre a não essencialidade da gasolina e TUST/TUSD, e garantir algum caixa (DIFAL e compensação), para minimizar as perdas permanentes

estruturais.

Anseia-se, pois, selar um novo pacto federativo, iniciando com acordo entre a União e os Estados, patrocinado pelo STF e anuído pelo Congresso Nacional. Ademais, e mais importante, deve-se refletir qual o nível de gastos e tributação que queremos ter e, com isso, desenhar uma **reforma tributária** que traduza esse desejo social. Como responsabilidade fiscal precede responsabilidade social, como os vulneráveis precisam do Estado, e como os Três Poderes querem ver o Brasil crescer com maior justiça social, seria desejável que as autoridades evitassem uma crise fiscal nos Estados a partir de 2023. Seria um desastre também para a União, logo, para o País.

\*É doutora em Economia pela FGV EPGE, secretária de Economia de Goiás, vice-presidente do Comsefaz e foi conselheira do Cade

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/possivel-risco-nas-financas-estaduais-explicita-necessidade-de-um-novo-pacto-federativo-leia-artigo,727485c6bcd7f6c9692452ac48d71648dy5hyhg.html>

# Medidas arrecadam, mas criam insegurança jurídica

O ano começou agitado na frente tributária - iniciativas do novo governo e do Judiciário produziram mudanças em regras estabelecidas há tempos e, na maioria das vezes, aumentam a arrecadação do governo. Pelo menos três medidas vão nessa direção: a volta do voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, uma das primeiras iniciativas do governo do presidente Lula; a flexibilização da "coisa julgada", decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF); e, mais recentemente, a tributação da correção monetária de aplicações financeiras, determinada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Logo em janeiro, o governo editou a MP 1.160/2023, que acaba com a sistemática de dar automaticamente ganho de causa ao contribuinte em caso de empate nas deliberações do **Carf**, que vigorou depois de 2020. A MP restabelece o poder de minerva dos presidentes das turmas julgadoras, posto ocupado por auditores de **Receita Federal**, que desempatam as discussões em favor da União.

Praticado de 2017 a 2020, o voto de qualidade no **Carf** garantiu para a União 80% dos créditos tributários julgados nesse período, segundo pesquisa do Núcleo de Tributação do Insper, e, por isso, é considerado uma ferramenta para aumentar a arrecadação. Estima-se que o governo pretende aumentar a arrecadação em R\$ 50 bilhões neste ano com a medida e reduzir o déficit fiscal projetado em cerca de R\$ 230 bilhões.

A proposta enfrenta resistências entre as empresas e no Congresso Nacional. Foram apresentadas 138 propostas de emenda e metade delas trata do voto de qualidade, sendo que 37 propõem revogar a proposta.

O presidente do **Carf**, Carlos Higino Ribeiro de Alencar, buscou minimizar o problema, argumentando que apenas há empate em 5% dos processos. Mas isso ocorre geralmente em casos de grandes empresas e valores. Por isso, o empate envolve cerca de 20% em valor. No ano passado, foram R\$ 24 bilhões resolvidos por empate e quase 90% do total eram de cerca de 20 ou 30 contribuintes.

Em fevereiro foi a vez de o STF agitar os meios tributários ao relativizar decisões transitadas em julgado pela própria Corte, pelo STJ ou instâncias inferiores do Judiciário. A chamada coisa julgada,

garantida pela Constituição, foi flexibilizada, no caso de **tributos** pagos de forma continuada, como Imposto de Renda, CSLL, PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Na prática isso significa que o contribuinte que ganhou uma disputa na Justiça de forma definitiva, ficando dispensado de pagar determinado tributo, perderá esse direito se o STF decidir posteriormente que a cobrança é devida. Ou seja, a sentença deixa de ser definitiva. Há ainda casos em que a empresa será cobrada por pagamentos não feitos no passado.

Chamou também a atenção a decisão do STJ de aprovar a cobrança do Imposto de Renda Retido na Fonte e CSLL sobre o valor equivalente à correção monetária em aplicações financeiras em caso que envolveu uma disputa com uma empresa, favorecendo a União. O entendimento engloba todas as aplicações financeiras, incluindo a renda fixa. A jurisprudência a respeito do assunto sempre variou muito depois do Plano Real. Mas, com a **inflação** voltando a subir de forma mais acentuada, como no último ano, aumenta a estranheza em relação à tributação do ganho nominal, que inclui o percentual de mera reposição patrimonial.

Além disso, a posição se choca com o STF, que, em mais de uma ocasião, sublinhou que a **inflação** não representa ganho real. Recentemente, indicou que não se deve cobrar IR e CSLL sobre juros moratórios e sobre a Selic em repetição de indébito, que ocorre quando uma pessoa pleiteia a devolução de um tributo pago desnecessariamente. No entanto, a decisão do STJ encerra a discussão sobre essa questão na Justiça e terá efeito sobre casos semelhantes em instâncias inferiores. Há nada menos que 1.781 processos sobre o assunto na Justiça Federal e no STJ.

Todos esses casos criam o sentimento de que as regras jurídicas podem ser fluídas e alimenta a insegurança por colocarem em dúvida decisões já tomadas e tornarem incertos alguns conceitos. Ao se referir à decisão da coisa julgada, o ministro Luiz Fux comentou que pode se reproduzir em ações de outra natureza e afirmou: "Me impressiona que o STF, guardião da Constituição, tenha relegado a um segundo plano a coisa julgada. Temos que ter em mente as consequências jurídicas das nossas decisões, o abalo que se cria ao risco Brasil".

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP  
Medidas arrecadam, mas criam insegurança jurídica

**Site:**

**[valor.globo.com/opiniao/noticia/2023/03/15/medidas-arrecadam-mas-criam-inseguranca-juridica.ghtml](https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2023/03/15/medidas-arrecadam-mas-criam-inseguranca-juridica.ghtml)**

# Lula crítica ministros por propostas sem o seu aval



**Renato Machado**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cobrou de seus ministros, ontem, que não anunciem políticas públicas que não tenham sido apresentadas e recebido o aval da Casa Civil. Ele afirmou que não quer "propostas de ministros", mas de governo. Em um tom mais duro, sem citar nomes, ele pediu que os titulares da pasta que sejam autores de alguma "genialidade" as apresentem para que recebam o trâmite adequado dentro do governo antes de as tornarem públicas. "Não queremos propostas de ministros. Todas as propostas de ministros deverão ser transformadas em propostas de governo, e só será transformada em proposta de governo quando todo mundo souber o que vai ser decidido", afirmou o presidente.

"Por isso que é importante que toda e qualquer posição, qualquer genialidade que alguém possa ter, é importante que antes de anunciar faça uma reunião com a Casa Civil para que a Casa Civil discuta com a Presidência da República, para que a gente possa chamar o autor da genialidade e possa anunciar publicamente como se fosse uma coisa do governo", completou.

Afala de Lula aconteceu durante reunião ministerial no Palácio do Planalto, cujos primeiros minutos foram transmitidos pelos canais do governo federal. Lula está realizando reuniões ministeriais temáticas. Na semana passada, além da equipe econômica e do núcleo político, os participantes eram todos ligados à área de infraestrutura.

A reunião de ontem envolveu ministros da área social. Lula não citou os nomes dos ministros cobrados, mas a fala foi percebida como um recado para o ministro da Secretaria dos Portos e Aeroportos, Márcio França. No domingo, em entrevista ao Correio Braziliense/Estado de Minas, França afirmou que o governo federal pretende fechar acordo com companhias aéreas para vender passagens a R\$ 200 o trecho a aposentados da **Previdência Social**, estudantes e **servidores públicos** que ganham até R\$ 6,8 mil. Isso seria possível com a ocupação de assentos ociosos em voos de carreira.

No entanto, na própria entrevista, França ressaltou que a proposta não havia sido acordada com o governo. "Pedido do presidente Lula é ter mais passageiros e aeroportos, com mais pousos de aviões de carreira. O plano está montado, agora é uma questão de o governo concordar. Será uma revolução na aviação brasileira. A meta é encontrar passagens a R\$ 200 (o trecho), R\$ 400 ida e volta, de qualquer lugar do país."

"O que estamos buscando é comprar a ociosidade dos espaços. As companhias brasileiras chegam na faixa de 30 milhões de passageiros, cada uma delas, operando com 78% a 80% de vagas ocupadas. Outras 20% saem vazias. Eu quero essas vagas para as pessoas que não voam", afirmou. Lula, no entanto, afirmou que iria apresentar os casos de medidas que foram apresentadas sem o aval da Casa Civil no decorrer da reunião, que depois teve a transmissão interrompida.

## POLÊMICA NA PREVIDÊNCIA

Outro caso de medida não acordada com a cúpula aconteceu ainda nos primeiros dias do governo. O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, anunciou publicamente a intenção do governo de rever alguns pontos da reforma da Previdência. Lupi foi desautorizado no dia seguinte. O chefe da Casa Civil, Rui Costa, disse que qualquer proposta passará necessariamente pela sua pasta antes de sua análise e que isso foi algo tratado com o próprio Lula. Ele afirmou ainda que qualquer proposta só será encaminhada após aprovação do presidente. "Não há nenhuma proposta sendo analisada e pensada neste momento para revisão de reforma, seja previdenciária ou outra. Neste momento não tem nada sendo

elaborado", afirmou Costa.

O presidente da República ainda reforçou que a discussão interna das propostas é importante para que o governo não cometa erros, não prometa o que não vai poder cumprir. Por isso considerou necessária uma avaliação, entre outros, dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. "Vocês terão todo o apoio, combinando com o [Fernando] Haddad, com a Simone [Tebet], que são as pessoas que cuidam do caixa do governo. Para que a gente não erre, não prometa aquilo que não pode cumprir, faça apenas aquilo que está dentro da nossa possibilidade", afirmou o mandatário. "E que se tiver que arriscar em alguma coisa, a gente arriscar com viés de acerto acima de uns 80%. Porque a gente também não pode correr risco de anunciar alguma coisa que não vai acontecer."

"Não queremos propostas de ministros. Todas as propostas de ministros deverão ser transformadas em propostas de governo, e só será transformada em proposta de governo quando todo mundo souber o que vai ser decidido"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/03/2023/p1>

# Desenrola e redução em taxas são contraditórios

*Maria Cristina Fernandes De São Paulo*

É contraditório montar um programa de renegociação de dívida e adotar uma medida que pode gerar racionamento de crédito.

Essa é a avaliação de pessoas envolvidas no desenvolvimento da plataforma Desenrola sobre o novo teto de juros do empréstimo consignado.

A leitura é que, se falta competição em alguns produtos no mercado de crédito, o consignado não é um deles. A medida tomada na segunda-feira pelo Conselho Nacional da **Previdência Social**, de reduzir o juro de 2,14% para 1,7% ao ano, reduzirá a capilaridade do sistema e empurrará o devedor para modalidades mais caras e informais de crédito.

A medida, porém, não afetará o lançamento do Desenrola, programa de renegociação de dívidas em gestação no governo. Há 40 pessoas, entre técnicos da Fazenda, dos bancos e de associações do setor, debruçadas sobre a tecnologia que viabilizará o programa.

A plataforma vai interligar credor, devedor e o banco que financiará a renegociação da dívida.

Como não havia como garantir que o devedor quitasse a dívida se fosse o destinatário do financiamento, a plataforma vinculará o banco diretamente ao credor.

É a montagem dessa engenharia que faz com que a data do lançamento do Desenrola ainda esteja em aberto. Apenas no fim de março é que se saberá quando a plataforma será lançada. Na aposta do Ministério da Fazenda, é a maior iniciativa do gênero no mundo, com uma estimativa de R\$ 200 bilhões a ser renegociados.

A plataforma ainda vinculará o devedor que aderir à renegociação a um curso virtual de educação financeira, nos moldes do que está previsto na Lei do Superendividamento, aprovada em 2022. A ideia de condicionalidade foi abandonada para não limitar o alcance do programa, cujo foco na faixa subsidiada é de devedores com renda até dois salários mínimos.

A Lei do Superendividamento previa negociação caso a caso, mas a avaliação na Fazenda é que a escala do

Desenrola programa é o que permitirá a obtenção de descontos maiores.

Na negociação do embrião do programa, os bancos haviam sugerido que esta faixa a ser subsidiada por um fundo garantidor contemplasse devedores com renda até três salários mínimos. Isso acresceria mais de um quarto (26,1% segundo dados da Serasa de outubro de 2022) das dívidas negativadas, ou seja, do total da inadimplência.

A proposta incluía ainda um desconto fixo de 60% nas dívidas.

A avaliação foi de que esse desconto seria baixo para os bancos e alto para uma empresa de abastecimento, por exemplo. E o melhor seria estabelecer um leilão em que o banco que oferecer maior desconto leva o cliente da renegociação. Haverá, porém, um desconto mínimo exigido, que vai variar de acordo com a categoria de crédito. A fixação desse piso de desconto levará em conta que é mais dramático para o devedor ter sua água cortada do que estar com o crédito negativado.

Na primeira faixa do programa, aquela que terá subsídio de R\$ 10 bilhões do Tesouro e atingirá devedores até dois salários mínimos, o interesse dos bancos em participar é garantido. Na segunda, acima desta faixa de renda, ainda se desconhece o interesse.

Para participar da faixa 1 do programa, o banco tem que dar financiamento com uma taxa de juro limitada a 1,99% e com parcelamento de 60 meses, além de participar da faixa 2.

Na faixa 1, prevê-se que 37 milhões de CPFs devam um total de R\$ 50 bilhões. Na faixa 2, o volume a ser renegociado se limitará ao estoque de crédito tributário que os bancos poderão usar para viabilizar a operação. Esses ativos são acumulados pelos bancos que recolhem os **tributos** de operações antecipadamente. Com o Desenrola, o crédito tributário se transforma em presumido.

O estoque de crédito tributário estimado, a partir do balanço dos bancos, é de R\$ 150 bilhões.

A Fazenda estima que o déficit entre estoque de dívida

de devedores acima de dois salários mínimos e o volume de crédito tributário em poder dos bancos seja de R\$ 130 bilhões.

Parte deste volume já está em negociação pelos bancos.

Tanto técnicos da Fazenda quanto aqueles designados pelos bancos para trabalhar na operacionalização do sistema, avaliam que o resultado do Desenrola é um ganha-ganha em que os únicos perdedores são aqueles que atuam no encarecimento da intermediação de empréstimos.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187492>

# IR 2023: veja como criar a conta gov.br prata ou ouro para acessar a declaração pré-preenchida

*O que é que eu faço Sophia*

/  
**Sophia Camargo, do R7**

A **Receita Federal** abre o prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda 2023 nesta quarta-feira (15), a partir das 9h. O prazo termina às 23h59 do dia 31 de maio.

O início do prazo de entrega foi adiado em uma quinzena para que fosse possível o uso por todos os contribuintes, desde o início do prazo, da declaração pré-preenchida, informou o supervisor nacional do Imposto de Renda, José Carlos Fonseca.

Caso opte por este modelo de entrega, o contribuinte terá acesso a dados já informados na declaração, provenientes de fontes pagadoras, imobiliárias, serviços bancários e médicos, por exemplo.

Mas para poder acessar a declaração pré-preenchida, a **Receita Federal** exige que o contribuinte tenha uma conta gov.br de nível prata ou ouro, com níveis mais altos de segurança.

Essa precaução visa preservar a segurança do acesso aos sigilos bancário e fiscal do contribuinte.

A pessoa física que tiver a conta gov.br de nível bronze (o mais simples) não terá acesso à declaração pré-preenchida .

A conta gov.br é uma identificação utilizada para acessar os serviços do portal gov.br , como inscrever-se no Enem, consultar CNH, carteira de trabalho digital, simular aposentadoria no Meu **INSS**.

A conta tem três níveis de segurança: básico (conta bronze), alto (conta prata) e nível máximo de segurança (conta ouro).

Dessa forma, quanto maior a segurança da validação dos dados do usuário, em bases da Justiça Eleitoral ou via certificado digital, por exemplo, maior o nível da

conta.

O primeiro nível de conta gov.br é o bronze, cujo grau de segurança é considerado apenas básico.

Para aumentar o nível de sua conta gov.br de bronze para prata (nível de segurança alto) ou ouro (nível de segurança máximo), será preciso acessar o aplicativo gov.br e seguir as instruções ou também abrir o site gov.br , entrar na conta e aumentar o nível em "Selos de Confiabilidade".

O nível prata é obtido por meio de:

Validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência de sua foto nas bases da Carteira de Habilitação (CNH)

Validação de seus dados via internet banking de um banco credenciado

Validação de seus dados com usuário e senha do Sigepe (Sistema de Gestão de Pessoas), se você for servidor público federal

O nível ouro é obtido por meio de:

Validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência de sua foto nas bases da Justiça Eleitoral

Validação de seus dados com certificado digital compatível com ICP-Brasil

O primeiro passo para fazer a declaração é baixar o programa do Imposto de Renda 2023.

**CLIQUE AQUI PARA FAZER O DOWNLOAD DO PROGRAMA DO IMPOSTO DE RENDA 2023**

Depois, basta entrar no programa e autenticar a conta gov.br nos níveis ouro ou prata e escolher a opção "Iniciar Declaração a partir da Pré-Preenchida", conforme mostra a reprodução do programa abaixo:

A Receita informa que para fazer a declaração do IR 2023 em smartphones e tablets será necessário baixar uma nova versão do app Meu Imposto de Renda. A

previsão é que a nova versão seja liberada no google Play (Android) e na app Store (Apple) durante a quarta-feira (15).

---

Ainda ficou com alguma dúvida? Envie suas perguntas para a coluna " O que é que eu faço, Sophia?" pelo e-mail [sophiacamargo@r7.com](mailto:sophiacamargo@r7.com) .

Também é possível enviar suas perguntas pelo Facebook e no Instagram

Os textos aqui publicados não refletem necessariamente a opinião do Grupo Record .

**Site: <http://noticias.r7.com/prisma/o-que-e-que-eu-faco-sophia/ir-2023-veja-como-criar-a-conta-govbr-prata-ou-ouro-para-acessar-a-declaracao-pre-preenchida-15032023>**

# Governo pretende investigar programa secreto da Abin



FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

“  
A própria Abin e outros órgãos, como o próprio Ministério da Justiça, certamente irão apurar essas situações e, se for comprovada uma irregularidade, os responsáveis serão punidos

”  
■ Alexandre Padilha,  
ministro das Relações Institucionais

O governo federal pretende investigar os responsáveis pelo monitoramento de celulares feitos pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL). O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que considera grave a atuação da Abin. "Isso é muito grave. É mais uma questão a ser apurada das profundas irregularidades cometidas, não só por Bolsonaro, como por agentes do governo anterior", disse o ministro ao jornal O Globo, que fez a denúncia contra a Abin. "A própria Abin e outros órgãos, como o próprio Ministério da Justiça, certamente irão apurar essas situações e, se for comprovada uma irregularidade tão grave na vida íntima das pessoas, nos direitos individuais, na liberdade das pessoas, se isso for confirmado, os responsáveis têm que ser fortemente punidos", completou Padilha.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que a agência será reformulada. Ele informou que o objetivo do governo Lula é reformular a agência de inteligência, que deixou de ser subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), órgão tradicionalmente comandado por militares, e passou para o guarda-chuva da Casa Civil. "Assim que tivermos a nova direção da Abin, nós vamos reformular. Posso dizer que sob nova direção, toda a lei será respeitada no trabalho da Abin. Se algo foi feito no passado, no outro governo, que não tem conformidade com a lei, isso será levado a quem é responsável, à CGU (Controladoria Geral da União), aos órgãos de Justiça, para que as providências cabíveis, a responsabilização devida, seja feita", afirmou.

"Esse episódio da Abin será encaminhado para os órgãos competentes e o que vai ser feito agora são as mudanças de pessoas, de métodos e de práticas para

estarem alinhados com a legislação em vigor", completou Costa. A Controladoria Geral da União confirmou que vai investigar o uso da ferramenta de monitoramento de cidadãos. O órgão vai apurar a responsabilidade dos **servidores públicos** no uso irregular do programa de monitoramento.

A Abin operou um sistema secreto de monitoramento da localização de pessoas em todo o país. Usava um sistema secreto de monitoramento, durante os três primeiros anos do governo anterior, por meio de uma ferramenta que permitia acompanhar os passos de até 10 mil proprietários de celulares a cada 12 meses, sem a permissão deles. A ferramenta, chamada "FirstMile", ofereceu à Abin a possibilidade de identificar a localização da área aproximada de aparelhos que utilizam as redes 2G, 3G e 4G".

O programa foi desenvolvido pela empresa israelense Cognyte (ex-Verint) e permitia rastrear o trajeto de uma pessoa a partir de dados transferidos do celular para torres de telecomunicações instaladas em diferentes regiões. Para tanto, bastava digitar o número de um contato telefônico no programa e acompanhar num mapa a última localização conhecida do dono do aparelho. A Abin comprou o programa por R\$ 5,7 milhões, com dispensa de licitação, no fim de 2018, no governo **Temer** e foi utilizada ao longo do governo Bolsonaro até meados de 2021.

A prática levou a questionamentos dentro da própria agência, porque ela não tem autorização legal para acessar dados privados. O caso provocou abertura de investigação interna. Em nota, a agência admitiu que o contrato para uso do programa, de caráter sigiloso, começou em 26 de dezembro de 2018 e foi encerrado em 8 de maio de 2021. "Atualmente, a Agência está em processo de aperfeiçoamento e revisão de seus normativos internos, em consonância com o interesse público e o compromisso com o Estado democrático de direito", afirmou a agência.

"A própria Abin e outros órgãos, como o próprio Ministério da Justiça, certamente irão apurar essas situações e, se for comprovada uma irregularidade, os responsáveis serão punidos"

Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais

## Congresso cobrará acesso a documentos

O vice-presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, Renan Calheiros (MDB-AL), informou que vai requisitar à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) todos os contratos e documentos produzidos a partir do "FirstMile", ferramenta usada para monitorar a localização de até 10 mil celulares. Ele quer acesso aos documentos para entender qual foi a extensão do monitoramento feito pela agência. A partir dos relatórios de inteligências produzidos, poderá identificar quem foi monitorado. Com isso, pretende esclarecer se a ferramenta foi utilizada para perseguir desafetos do governo Bolsonaro. A comissão mista ainda não foi instalada oficialmente, já que depende da indicação dos deputados, que compõem metade do colegiado.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder do governo no Congresso Nacional, afirmou que vai tomar medidas para apurar o ocorrido. Em suas redes sociais, o parlamentar defendeu uma investigação do caso por meio da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), responsável por fiscalizar as atividades da agência, e a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/03/2023/p1>

# Agro e serviços no caminho da reforma

**ANNA CAROLINA PAPP BRASÍLIA | COLABOROU  
ANTONIO TEMÓTEO**

O governo tem pela frente um duro desafio para dissolver as resistências do agronegócio e do setor de serviços à **reforma tributária**. O agro, muitas vezes classificado como subtributado, nega pagar menos **impostos** e refuta mudanças. Já o setor de serviços condiciona seu apoio à desoneração da folha de pagamento (redução dos encargos cobrados sobre os salários), que o governo não pretende abordar nessa primeira fase - focada nos **impostos** sobre o consumo.

Há anos, o setor de serviços lidera uma frente contrária à reforma no Congresso, defendendo a desoneração da folha e a criação de uma nova CPMF. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, descartou, porém, a recriação da CPMF e disse que a discussão dos **tributos** que incidem sobre a folha ficará para uma segunda etapa.

"Se você não fizer a desoneração do trabalho, a **reforma tributária** não se sustenta sozinha. Nos serviços, 80% do custo é mão de obra", afirma Luigi Nese, presidente da Confederação Nacional dos Serviços (CNS). Ele defende a desoneração total da folha para todos os setores.

Atualmente, 17 setores são beneficiados pela desoneração, prevista para acabar no fim do ano. Ontem, o presidente da Frente Parlamentar do Comércio e dos Serviços, senador Efraim Filho (União-PB), defendeu a prorrogação do benefício por quatro anos via projeto de lei - ou ainda pela inclusão do tema na **reforma tributária**.

Para destravar a reforma no Congresso, a Confederação Nacional da Indústria diz que o governo pode conceder regimes favorecidos a áreas como saúde, educação, transporte público e agronegócio.

"Em prol da aprovação, flexibilizamos nossa posição", diz Márcio Sérgio Telles, gerente executivo de Economia da CNI.

**Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>**

# Bancada ruralista diz que não aceitará alíquota única na reforma

**ANNA CAROLINA PAPP CÉLIA FROUFE BRASÍLIA**

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Pedro Lupion (PP-PR), disse ontem que o setor não aceitará uma alíquota única na **reforma tributária**. Ele chama de "guerra de narrativas" o discurso de que a agricultura é subtributada no Brasil.

"É preciso ver qual é a realidade em toda a cadeia produtiva: setor por setor, item por item, produto por produto", afirmou ele, em encontro com o secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy, mencionando os aspectos diferentes entre produtores de trigo, feijão, café e produtos industrializados.

"Precisamos fazer entender que a nossa contribuição ao **PIB** seja positiva, e não punitiva, na hora de respeitar um setor importante como o nosso." No fim de fevereiro, na primeira reunião da FPA com o relator do grupo de trabalho da reforma na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Lupion apresentou oito pontos que o setor não aceita na proposta que vem sendo discutida pelo governo, como o fim da isenção dos **impostos** sobre os produtos da cesta básica, com a devolução do imposto para a população de baixa renda, e o fim do chamado crédito presumido - um benefício tributário que permite, na prática, a redução do valor a ser pago.

"SIMPLES RURAL".

Para atrair o apoio do agro, o gerente executivo de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Márcio Sérgio Telles, defende que, além de oferecer uma alíquota diferenciada para o setor, seja criado uma espécie de "Simples rural" para pequenos produtores. O Simples é um regime tributário especial para micro e pequenas empresas.

"O Simples urbano é (limitado a) R\$ 4,8 milhões (de faturamento por ano). Então, para o campo, faz R\$ 20 milhões, R\$ 30 milhões. Ou, em vez do Simples, isenta. O produtor rural que fatura até R\$ 30 milhões por ano, por exemplo, está isento. Passou disso, aí vai ter de pagar, porque aí já tem um porte", diz Telles.

Ele afirma que, nas discussões da PEC 110, já foi oferecido para o setor um dispositivo prevendo um regime favorecido para agropecuária, agroindústria, pesqueiro e florestal. "Eles querem alíquota

diferenciada para que o alimento seja menos tributado.

Por que eles dizem isso? Porque querem manter o status do que é hoje. A própria defesa da alíquota diferenciada é porque, hoje, o setor tem tratamento diferenciado, é menos tributado." A CNI, que tem participado das articulações em prol do avanço da reforma, defende como proposta o último relatório da PEC 110, apresentado em março do ano passado. "É uma defesa técnica e política. A PEC 110 fez concessões sem perder em termos técnicos muita qualidade", afirmou. "O IVA único, da PEC 45, é o melhor, mais simples para as empresas.

Mas, politicamente, se mostrou inviável. E como o IVA que está desenhado na PEC 110, dual, são dois IVAs bons, a gente não vê um problema nisso", diz Telles.

A PEC 110 cria a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), unindo PIS e Cofins, e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), unindo ICMS e ISS.

"É preciso ver qual é a realidade em toda a cadeia produtiva: setor por setor, item por item, produto por produto" Pedro Lupion (PP-PR) Deputado, presidente da FPA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Deputado defende devolução de tributos em saúde e educação

**IANDER PORCELLA BRASÍLIA**

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, defendeu ontem que a proposta inclua uma espécie de "cashback" nos setores de saúde e educação, com devolução de **impostos** para pessoas de baixa renda. O parlamentar também já defendeu o "cashback" para compensar a oneração da cesta básica, mas essa medida enfrenta a oposição do agronegócio.

"Na mesma alíquota, nas áreas de saúde e educação, podemos ter diversos tratamentos.

Ter uma alíquota geral para os setores de saúde e educação, mas também um tratamento diferenciado para os mais pobres através da devolução do imposto pago.

Uma espécie de cashback", disse Lopes, em reunião-almoço da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), composta por 230 parlamentares (189 deputados e 41 senadores).

"Uma coisa é um cidadão que coloca o menino em uma escola de ensino fundamental pagando R\$ 3 mil ou R\$ 4 mil.

Outra coisa seria um cidadão pagando mil reais", emendou o petista. De acordo com Lopes, o "cashback" para pessoas de baixa renda teria de ser implementado por meio de lei complementar. Ele ponderou, contudo, que as forças políticas da Câmara e do Senado podem querer colocar "algum comando constitucional" na medida.

As discussões sobre a **reforma tributária**, uma das prioridades do governo Lula, intensificaram-se no começo do mês, quando começaram as reuniões do grupo de trabalho criado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O grupo tem como base as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 45/19 e 110/19, que criam um tributo único sobre consumo, chamado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com a extinção de PIS, Cofins, ISS, ICMS e IPI.

Lopes defendeu que a reforma siga o caminho da PEC

110/19, que cria um IVA dual sobre o consumo, com uma alíquota cobrada pela União e outra por Estados e municípios.

CPMF.

Lopes também disse ser "radicalmente contra" a criação de imposto sobre transações financeiras, como a antiga CPMF, para bancar a desoneração da folha de pagamento - defendida pelo setor de serviços. Ele afirmou que a medida representaria uma "cumulatividade plena", justamente o que a reforma tenta evitar.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Após ouvir proposta de Haddad, Alckmin defende redução dos juros

BRASÍLIA -

Em busca de apoio, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou ontem o desenho do novo arcabouço fiscal ao vice-presidente Geraldo Alckmin, também ministro do Desenvolvimento e Indústria.

Haddad disse que Alckmin gostou da proposta: -A reação (de Alckmin) foi muito boa.

Após se encontrar com Haddad, o vice-presidente defendeu a redução da taxa de juros no Brasil.

- Para se reduzir os juros, é preciso ter responsabilidade fiscal. Agora, no próximo mês, o governo estará encaminhando ao Congresso Nacional a ancoragem fiscal, levando em consideração três fatores: a evolução da dívida, o primário e o gasto, fazendo a combinação dos três fatores. Tenho muita confiança de que vamos iniciar, daqui para frente, a redução da taxa de juros. E com a redução da taxa de juros, mais investimento e crescimento da economia - afirmou o vice-presidente, em evento da Confederação Nacional do Comércio.

A reunião com Alckmin faz parte da estratégia da Fazenda de conseguir apoio para a nova regra fiscal com outros integrantes da equipe econômica.

Na semana passada, Haddad almoçou com a ministra do Planejamento, Simone Tebet, que disse que a regra iria "agradar a todos".

A regra vai substituir o teto de gastos, que trava as despesas federais e é hoje a principal âncora das contas públicas.

O assunto é uma das principais prioridades do governo Lula, ao lado da **reforma tributária**. (Manoel Ventura, Renan Monteiro e Fernanda Trisotto)

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# CNC reitera apoio à reforma tributária



“A reforma tributária é extremamente importante e necessária para o crescimento do país”

**JOSÉ ROBERTO TADROS**  
Presidente da CNC

O compromisso do governo federal e a disposição do Congresso Nacional em aprovar a **reforma tributária**, depois de muitas idas e vindas, renovaram a expectativa pela construção de um sistema moderno, racional, com menos burocracia e respeitando as realidades setoriais e regionais.

Os próximos meses serão decisivos para discutir e votar as mudanças.

Nesse cenário, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mantém participação ativa no debate e entregou ao Poder Executivo e aos parlamentares um conjunto de prioridades do empresariado, como contribuição ao texto que será votado na Câmara e no Senado.

A CNC entende que a simplificação tributária é a base da reforma, somada a outros dois pilares: não cumulatividade e diferenciação de alíquotas setoriais e regionais, de acordo com as realidades específicas.

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, é preciso garantir que nenhum setor seja prejudicado: - A **reforma tributária** é extremamente importante e necessária para o crescimento do país. No entanto, não é justo o aumento da carga tributária sobre o setor de serviços, que responde por 37% da força de trabalho no Brasil e gerou 55% dos empregos formais depois da pandemia. A CNC prima pela harmonia entre os setores da atividade econômica.

Um segmento não pode ser desonerado em detrimento de outro. Precisamos chegar ao consenso que traga melhorias para toda a sociedade brasileira.

Um efeito direto da simplificação dos **tributos** será a redução da informalidade e da sonegação fiscal.

Consultor econômico da CNC, Gilberto Alvarenga destaca a importância de regras padronizadas para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), cobrado pelos entes da Federação: - Possuímos um emaranhado de leis e uma sobreposição de cobranças de União, estados e municípios.

Essa complexidade precisa ser equalizada para facilitar a vida do empreendedor.

Alvarenga explica que as alíquotas setoriais também são essenciais para que a reforma de fato propicie a retomada da economia. O setor de serviços não pode ser penalizado por uma alíquota única: - Uma tributação inflexível, com uma alíquota para todas as atividades, acaba sendo simples, porém, desigual.

Outro ponto apontado pela CNC é que o texto deixe clara a não cumulatividade plena, com creditamento amplo, garantindo crédito sobre custos e despesas.

- A nossa intenção é apoiar a reforma, contribuindo com ajustes que contemplem empreendedorismo, sustentabilidade empresarial, segurança jurídica, geração de emprego e renda - afirma a diretora de Relações Institucionais da CNC, Nara de Deus Vieira.

O vice-presidente Financeiro da Confederação, Leandro Domingos, preocupa-se com a competitividade de micro e pequenas empresas: - O principal desafio é que a **reforma tributária** não represente aumento de imposto para nenhum setor.

Ao receber as propostas da CNC, o coordenador do Grupo de Trabalho (GT) da **reforma tributária** na

Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), defendeu a "diminuição e simplificação de **impostos**":  
- O nosso objetivo é criar um ambiente favorável ao investimento e ao empresário para gerar riqueza ao povo brasileiro.

**Notícias Relacionadas:**

O GLOBO - ON LINE - RJ  
CNC reitera apoio à reforma tributária

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Haddad busca Estado parceiro do investidor (Artigo)

*Lu Aiko Otta*

O susto com as quebras do Silicon Valley Bank e do Signature Bank deixa um alerta: o Brasil precisa arrumar a casa o quanto antes, para não ser pego de calças curtas num próximo episódio.

Esse foi um dos recados que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, passou no evento "E Agora, Brasil?", promovido pelo Valor e por "O Globo". A economia precisa crescer muito para aguentar um choque externo que venha a ocorrer, sem perder de vista sua perspectiva de desenvolvimento.

"Não podemos continuar crescendo 1% ao ano", desabafou. "Este país não merece isso." O governo tem um plano.

Este não prescinde da reforma tributária, de um novo arcabouço fiscal, de medidas que compensem desonerações "indiscriminadas" concedidas pelo governo anterior e de receitas sólidas que garantam o pagamento de benefícios sociais previstos na Constituição, listou.

"Isso é para que os investidores não se preocupem no Estado", afirmou. "Pelo contrário, vejam no Estado um parceiro com vistas a um projeto de desenvolvimento com justiça social." Um dos pontos de maior atenção dos investidores, o novo arcabouço fiscal, cuja proposta deve ser divulgada na próxima semana, se conecta com esse pensamento. Ao conversar com o Valor sobre o tema, em fevereiro, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, falou sobre como a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) eleva a arrecadação e, dessa forma, abre espaço para conciliar a responsabilidade fiscal com medidas de apelo social, como o aumento real para o salário mínimo.

Nos mandatos anteriores de Luiz Inácio Lula da Silva, essa foi a fórmula: crescimento do PIB e arrecadação fortes davam sustentação às políticas sociais.

Esse equilíbrio, que já na época era percebido como precário, permitiu manter os indicadores fiscais comportados por um tempo. A construção ruiu quando o PIB parou de crescer.

Ninguém se surpreendeu.

Haddad lembrou o primeiro governo Lula para contar que alguns ajustes iniciais na política econômica abriram espaço para o "espetáculo do crescimento".

Ele acha que, também agora, com alguns ajustes, o Brasil pode ter um desempenho acima da média mundial.

O comentário foi feito para responder a uma pergunta sobre a taxa de juros no Brasil. No seu entendimento, há espaço para uma redução. As dificuldades do Federal Reserve (Fed, o Banco Central americano) em seguir com seu plano de aperto fiscal após a quebra dos dois bancos veem a seu socorro. Da mesma forma, contribuem para corroborar sua avaliação as discussões na cena internacional sobre a importância de os bancos centrais terem prazo maior para atingir seus objetivos em relação à inflação em momentos de crise.

Juros menores também ajudariam a tarefa de controlar a dívida pública, que é objetivo do arcabouço fiscal. Ceron fez uma conta rápida: se a taxa de juros básica, a Selic, estivesse em 10% e não nos atuais 13,75%, o custo de rolagem da dívida ficaria de R\$ 150 bilhões a R\$ 200 bilhões menor. Seria algo como 2% do PIB, a mesma magnitude do superávit primário (diferença positiva entre receitas e despesas, exceto juros) que especialistas calculam ser necessário para estabilizar a trajetória da dívida pública federal.

A agenda econômica não será imposta, disse o ministro.

Ela estará sobre a mesa para ser modificada com vistas a melhor implementação possível.

"Estamos em modo diálogo", frisou Haddad. "Somos negociadores." Não se trata de discurso apenas. Como já foi colocado neste espaço, o ministro franqueou aos grandes municípios, que temem perdas com a reforma tributária, o acesso aos cálculos de impacto feitos por sua equipe. O gesto foi reconhecido como importante pelos secretários municipais de Fazenda. É com números e dados objetivos que Haddad pretende afastar os "fantasmas" e retornar esse importante foco de resistência à reforma tributária.

Na segunda-feira, ele esteve na reunião da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), que congrega as cidades mais reticentes em relação à reforma. No mesmo dia, recebeu o prefeito do Rio, Eduardo Paes, que recentemente usou as redes sociais para criticar uma fala do secretário especial de **Reforma Tributária**, Bernard Appy, sobre o fim do Imposto sobre Serviços (ISS).

Hoje, será a vez da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, que quer discutir a desoneração da folha, entre outros temas. É uma mudança que Haddad pretende negociar numa próxima etapa. Mas há pressões, inclusive de integrantes do governo, para que venha logo à mesa.

Em outra demonstração de abertura ao diálogo, o ministro da Fazenda concordou com a avaliação da Confederação Nacional do Comércio (CNC) que o prazo de transição entre as regras atuais e as que resultarem da aprovação da **reforma tributária**, de cinco a dez anos conforme a PEC, está muito longo. Informou que sua equipe está avaliando esse ponto.

A agenda baseada no diálogo e na construção vai aos poucos superando os ruídos que marcaram o início do governo, disse Haddad. Ele atribuiu a tensão a uma transição de governos malfeita e a medidas adotadas no final da gestão de Jair Bolsonaro que legaram uma conta de R\$ 20 bilhões e um grande desarranjo federativo.

Não citou os ruídos que nasceram do próprio governo, como as pressões de Lula contra o Banco Central e seu presidente, Roberto Campos Neto, ou a disputa da Fazenda com a ala política para retomar a cobrança de **impostos** sobre gasolina e etanol.

A vitória de Haddad nessa última disputa ajudou a desanuviar um pouco o clima no front econômico. Ontem, Lula fez um gesto para diminuir ainda mais as dissonâncias, ao aplicar um freio de arrumação em sua equipe e determinar que não sejam anunciadas medidas sem que antes elas tenham sido combinadas com a Casa Civil e a área econômica.

Se essa é ou não uma agenda capaz de abrir o céu, como disse o ministro, o tempo dirá. Mas o mundo perigoso não deixa espaço para muita hesitação.

Equipe está em "modo diálogo", afirma ministro

Lu Aiko Otta é repórter especial.

Escreve às quartas-feiras.

E-mail: lu.aiko@valor.com.br

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

Haddad busca Estado parceiro do investidor

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Proposta prevê transformar cinco impostos em um só

## *De Brasília*

A proposta para a **reforma tributária** pretende unificar cinco **tributos** em um só. A ideia é que os **tributos** federais PIS, Cofins e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) se somem ao estadual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e ao municipal Imposto sobre Serviços (ISS) para formar um único imposto sobre valor agregado (IVA), que se chamará Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O governo também está propondo a fusão de duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que já tramitam no Congresso Nacional: a PEC 45, que está sendo analisada na Câmara dos Deputados, e a PEC 110, que tramita no Senado. A diferença principal entre as duas propostas é que a 45 prevê um imposto sobre valor agregado de alíquota única, com recursos divididos entre União, Estados e municípios, enquanto que a do Senado Federal considera um IVA dual, com a criação de dois **impostos** sobre consumo.

Ou seja, um imposto exclusivo da União e outro que seria repartido entre Estados e municípios.

Um grupo de trabalho constituído por 12 deputados foi formado na Câmara para acelerar a avaliação dos dois projetos. O coordenador do trabalho é Reginaldo Lopes (PT-MG) e o relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

A equipe econômica do governo Lula, que dá apoio técnico à discussão no Congresso, aponta que o novo imposto sobre valor agregado deve ter alíquota em torno de 25% para manter a atual carga tributária. A ideia em discussão seria eliminar benefícios tributários, embora admita a preservação do Simples e da Zona Franca de Manaus, e descarte a volta da CPMF.

Algumas resistências em relação às propostas vêm de setores econômicos que temem aumento de **impostos** e o fim de incentivos fiscais e de governadores e prefeitos preocupados com perda de receitas. (MV, FT e ET)

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Tarcísio sinaliza a Baleia e Ribeiro apoio a reforma

*Raphael Di Cunto, Rafael Walendorff e Marcelo Ribeiro*

Raphael Di Cunto, Rafael Walendorff e Marcelo Ribeiro

De Brasília

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou a deputados que apoiará a **reforma tributária** em discussão no Congresso, que visa uniformizar os **impostos** sobre consumo (ICMS, LSS, 1PI, PIS e Cofins) num Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), segundo relato do presidente do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), autor de uma das propostas de emenda constitucional (PEC) em debate.

O encontro ocorreu na segunda-feira, na sede do governo paulista, com Baleia e o relator da reforma na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e foi visto como positivo pelos deputados. "A legislação única nacional para o ICMS e a cobrança dos **impostos** no local de destino (do produto) sempre causaram muito ruído com São Paulo, mas ele afirmou que compreende a importância da reforma e vai apoiar, com algumas sugestões que serão enviadas numa próxima reunião", disse o emedebista.

A reunião com Tarcísio tem caráter simbólico. Na legislatura anterior, havia um consenso entre os 27 governadores a favor da reforma, com duas alterações principais: um IVA dual (um federal e outro estadual/municipal) e que parte da arrecadação federal abasteça um fundo para compensar as perdas dos Estados e municípios.

Este ano, porém, houve a troca de um terço dos governadores e ainda não ocorreu nenhuma reunião entre todos sobre o assunto.

Um dos Estados que causa apreensão nos articuladores da reforma por uma possível mudança de postura é São Paulo, já que Tarcísio fez parte do governo Jair Bolsonaro (que se opôs ao modelo do IVA e defendia a desoneração da folha de salários bancada por uma CPMF). O secretário de Economia de São Paulo, Samuel Kinoshita, era da equipe do ex-ministro da Economia Paulo Guedes.

Segundo Baleia, esse receio se dissipou. "O governador disse que sabe que, sob o olhar frio do

texto e sem uma transição bem-feita, São Paulo terá perda de arrecadação. Mas ele entende que os reflexos da reforma na economia, com o fim da guerra fiscal e das obrigações acessórias, serão tão grandes que ele tem a absoluta convicção de que São Paulo, lá na frente, vai ganhar", disse.

Ontem, a bancada ruralista se reuniu pela primeira vez com o secretário especial para a **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, num encontro que durou mais de três horas. Os parlamentares reforçaram as reivindicações por alíquotas diferenciadas para os variados segmentos do agronegócio e pela manutenção da desoneração da cesta básica. O secretário ponderou, segundo apurou Valor, que a maioria das demandas do grupo são decisões políticas, a serem tomadas pelo Congresso. Um IVA diferenciado para alguns setores, ponderou, exigirá uma alíquota geral maior para todos.

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Pedro Lupion (PP-PR), disse que Appy insiste na necessidade de reonerar os produtos da cesta básica para criar o sistema de "cashback", de devolução dos **impostos** aos mais pobres, mas que os cálculos da frente apontam que isso não seria o melhor. "Não vejo que isso seja solução para o problema social do país. Mais fácil e melhor é o produto mais barato na gôndola", disse.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187492?page=10&section=1>

# Reforma tributária dará "choque de eficiência" na economia, diz Haddad

Por  
CNC

A aprovação da **reforma tributária** será decisiva para a retomada do desenvolvimento econômico com justiça social e não privilegiará nenhum setor em detrimento de outro, assegurou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na primeira edição de 2023 do ciclo de debates "E agora, Brasil?".

O ministro demonstrou otimismo e disse que a emenda à Constituição deverá ser aprovada entre junho e julho na Câmara e entre setembro e outubro no Senado.

CPMF

Haddad reiterou que a equipe econômica está aberta ao diálogo com o setor produtivo, garantiu que não haverá aumento da carga tributária e que o governo não cogita a volta da CPMF. O ministro descartou também qualquer mudança no Simples.

O "E agora, Brasil?" é realizado pelos jornais O GLOBO e Valor e patrocinado pelo Sistema Comércio, através da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) e de suas Federações. Haddad conversou com Miriam Leitão, colunista do GLOBO, e Fernando Exman, chefe da redação em Brasília do Valor.

- Do meu ponto de vista, não é possível estimar nesse momento o choque de eficiência que a reforma dará na economia brasileira, de tão grande que será. Fala-se entre 10% e 20% de choque do **PIB**. Penso que vamos facilitar muito a vida dos investidores, dos trabalhadores e do poder público. E ninguém pode usar como pretexto "ah, vou perder ou vou ganhar" porque todos os prazos estão sendo calibrados justamente para que a gente tenha uma transição suave, mas que impacte diretamente o contribuinte. O contribuinte tem que ter clareza da regra do jogo. E depois você dilui isso no tempo de maneira a garantir justiça tributária, progressividade e transparência - afirmou Haddad.

O ministro apontou benefícios duradouros:

- Vai nos dar um horizonte de sustentabilidade muito maior, uma segurança jurídica muito maior, vai

eliminar as desonerações completamente arbitrárias, feitas com base no capitalismo de compadrio, que tem que acabar no Brasil.

Imposto sobre serviços

Fernando Haddad respondeu a questionamento da CNC sobre um possível aumento de carga tributária para o setor de serviços, no caso de ser instituída uma alíquota única do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Federal.

Pesquisa realizada pela Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC aponta que a alíquota única para todas as atividades da economia prejudicaria o setor de serviços, com aumento de carga tributária em até 188%.

- Nosso compromisso é: carga fiscal vai ficar estável, não temos nenhuma intenção de onerar o imposto sobre consumo, por razões óbvias. O Brasil já cobra muito sobre consumo, então como não dá para baixar, vamos manter, para que numa segunda fase possamos abrir espaço para uma acomodação que diminua o imposto sobre consumo ao longo do tempo, ao longo da transição - assegurou o ministro.

Fernando Haddad elogiou o empenho dos presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, na aprovação da **reforma tributária** e disse estar "dialogando exaustivamente para negociar a aprovação".

- Para além deles (Lira e Pacheco), estamos falando com os líderes da base, com a oposição, com prefeitos e governadores e com setores econômicos que nos procuram. Fiz aqui um convite para a CNC nos procurar para a gente bater os números, porque ninguém tem interesse de enganar ninguém, até porque a conta vai chegar e ela tem que ser justa, calibrada e correta.

Haddad destacou também a importância do novo arcabouço fiscal, que substituirá o teto de gastos. Segundo o ministro, a proposta está pronta e a intenção é levar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda esta semana.

- A área econômica está segura de que o que vai apresentar é consistente. Aí o calendário é deles. A

tarefa a que me dispus está cumprida, entreguei não só o arcabouço, como os parâmetros que considero mais adequados para fazer a economia caminhar bem.

Questionado sobre possíveis mudanças na meta de **inflação**, Haddad disse que a discussão dever ser feita "com seriedade, sem açodamento".

#### Taxa de juros

Ao analisar o cenário externo, o ministro disse que há pouco espaço para aumento da taxa de juros no mundo, mas ressaltou que o Brasil, ao contrário, tem "gordura" para redução da taxa básica, Selic. Haddad destacou que as autoridades monetárias precisam pensar no "limite prudencial" da elevação dos juros de modo a não desorganizar as economias dos países.

- Estamos em um momento de turbulência internacional, hoje eu diria que há pouco espaço para aumento da taxa de juros no mundo e que há uma gordura no Brasil que permite a nós, tomando as providências que estão sendo tomadas e que vêm sendo reconhecidas pelo Banco Central, temos um espaço que o mundo não tem.

Assista ao debate na íntegra :

O Globo, um jornal nacional: Fique por dentro da evolução do jornal mais lido do Brasil

#### Site:

<https://oglobo.globo.com/brasil/conteudodamarca/reforma-tributaria-dara-choque-de-eficiencia-na-economia-diz-haddad-25674602>

# Frente do Empreendedorismo reivindica desoneração da folha na reforma tributária

**Brasília**

*/  
Bruna Lima, do R7, em Brasília*

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo intensificou a defesa da aprovação da desoneração permanente da folha de pagamento junto à **reforma tributária**. A avaliação dos parlamentares do grupo é de que um imposto sobre transações financeiras (CMF) serviria como fonte de arrecadação e resolveria impasses em relação à alíquota unificada.

A defesa é que, para fixar uma alíquota uniforme dos atuais **impostos** na casa dos 25%, como é tratado na discussão atual da **reforma tributária**, seria necessário fixar o CMS em 0,11%.

Segundo o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), vice-presidente da frente parlamentar, a proposta de reforma representa um avanço ao agregar e simplificar **impostos**, mas não muda a dinâmica da forma em que a arrecadação é feita e, com isso, não atende aos anseios dos entes federados de aumentar a receita e depender menos de repasses da União.

"Primeiro, é necessário eliminar o imposto e os penduricalhos sobre a folha de pagamento para depois achar uma forma de compensar, prevendo que todos paguem para ter a alíquota mais baixa possível. A forma de arrecadar mais é ampliar a base e só estabelecer um imposto a partir da correção das injustiças sobre a folha", explicou Passarinho.

A ideia foi apresentada pela frente na terça-feira (14) ao grupo de trabalho que discute a **reforma tributária** na Câmara. Durante a reunião, o coordenador do grupo, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), levantou a possibilidade de aplicar alíquotas diferenciadas a setores como saúde, educação, transporte e agronegócio.

"Dentro do Imposto de Valor Agregado (IVA), alguns setores precisam de tratamento diferenciado, podendo considerar uma alíquota diferenciada. Os estudos apontam para um IVA de 25%. Então você pode ter um IVA menor para setores específicos", disse.

Na avaliação de Passarinho, a proposta da frente eliminaria a necessidade de discutir tratamentos especiais a alguns setores. "Ao compensar os serviços com a desoneração, elimina-se a necessidade de discutir uma alíquota diferente", explicou.

A ideia de promover uma desoneração ampla da folha de pagamento também é defendida pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele sustenta que cobrança de **impostos** deveria ser realizada no faturamento das empresas, e não estar vinculada à folha, que é outra proposta bem vista pela frente parlamentar.

"A sociedade precisa discutir qual é o papel da Previdência na importância do Estado de bem-estar e, portanto, é preciso ser enfrentado quando se faz o debate da **reforma tributária**. Eu sou plenamente favorável a essa mudança: tirar da folha de pagamento e discutir no faturamento", defendeu Marinho em reunião anterior com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo.

A possibilidade de incluir a desoneração na **reforma tributária**, no entanto, não é defendida pelo deputado Reginaldo Lopes. "As matérias são distintas, apesar de complementares". Ainda assim, ele define como "péssimo" o tipo de cobrança que pesa para o empregador e disse que há espaço para discutir.

A expectativa, no entanto, é que caso o tema seja tratado dentro da **reforma tributária**, a desoneração ocorra de forma definitiva aos 17 setores que atualmente estão contemplados. "Evidente que nós devemos sim desonerar a folha, mas para os setores que empregam gente. Se o setor é muito avançado na área tecnológica, acho que não tem esse apelo", completou Lopes.

O Senado se movimenta para garantir, independentemente da **reforma tributária**, a manutenção da desoneração da folha de pagamento dos 17 setores que atualmente são contemplados. Para prorrogar a medida, que só é válida até o fim do ano, o líder do União Brasil na Casa, senador Efraim Filho (PB), articula a aprovação de um novo projeto.

O senador defende que a **reforma tributária** pode trazer uma solução para acabar com o imposto de forma ampla, mas frisou que manter a desoneração é

prioridade, sob o risco de acarretar mais de 300 mil desempregos com o fim da concessão.

**Site: <http://noticias.r7.com/brasil/frente-do-empendedorismo-reivindica-desoneracao-da-folha-na-reforma-tributaria-15032023>**

# Presidente da CAE vê pouco espaço para reforma tributária ser aprovada neste ano

O senador Vanderlan Cardoso, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, afirmou na terça-feira acreditar não haver espaço para que a **reforma tributária** seja aprovada neste ano, contrariando o otimismo do governo em mudar rapidamente o sistema de **impostos** sobre o consumo para ajudar a estimular o crescimento econômico.

Em entrevista à Reuters, Cardoso disse que o sentimento de que a **reforma tributária** ainda exige muitas discussões para enfrentar os temores do Estado é compartilhado por colegas de seu Partido Social Democrata (PSD), que detém o maior número de cadeiras no Senado.

Não vejo clima hoje para aprovar, disse ele. É muito complexo e eu acho que (para) este ano eles (o governo) estão muito otimistas, acrescentou, após estimativas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que o Congresso poderia aprovar o texto integralmente até outubro.

A proposta de mudança no sistema de tributação do consumo mira taxar os produtos no destino e não na origem, o que prejudicaria desproporcionalmente os Estados menos desenvolvidos e com população menor, que são maioria no Senado, apontou o senador.

Cardoso afirmou ainda que o governo reconheceu a necessidade de compensar esses Estados, mas não sabe como, ponto que tende a travar a aprovação da reforma, bem como o aumento da tributação para o setor de serviços, que não tem a possibilidade de deduzir **impostos** em toda a cadeia produtiva como a indústria.

Após a CAE aprovar mais cedo na terça-feira um convite para audiência com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em 4 de abril, o senador afirmou que todos os setores estão muito preocupados com o nível da taxa básica de juros, que se mantém na máxima dos últimos seis anos, a 13,75%, desde setembro.

Cardoso disse que o recente colapso do Banco do Vale do Silício (SVB) e do Signature Bank nos EUA pode ajudar o início do afrouxamento monetário no país.

Taxa de juros nos Estados Unidos elevou demais, isso fez com que esses bancos fossem prejudicados, disse o senador. Talvez vá até contribuir para que a taxa de juros no Brasil caia, porque os juros estão altos. Senão daqui a pouco o efeito cascata vai ser em muitos países e inclusive no Brasil.

Há medo de uma estagnação na economia, de uma recessão, isso a gente não quer. Também não queremos aumento da **inflação**, por isso tem que ser tudo com muita responsabilidade, e em cima de números.

Desde que assumiu o cargo em janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou várias vezes o Banco Central por manter a taxa de juros em níveis que, segundo ele argumenta, impedem o crescimento econômico, mesmo com a **inflação** perdendo força. Sua postura e a de ministros e aliados políticos ajudaram a inclinar a curva de juros e piorar as expectativas de **inflação**.

Se não tivesse acontecido todo o embate do início, talvez a taxa de juros já teria baixado, opinou Cardoso, destacando acreditar que esse confronto arrefeceu, com os atores principais procurando a via do diálogo.

Cardoso observou que o governo busca um consenso para dois cargos de diretor do Banco Central, cuja indicação depende de Lula, mas que devem ser posteriormente aprovados pela CAE.

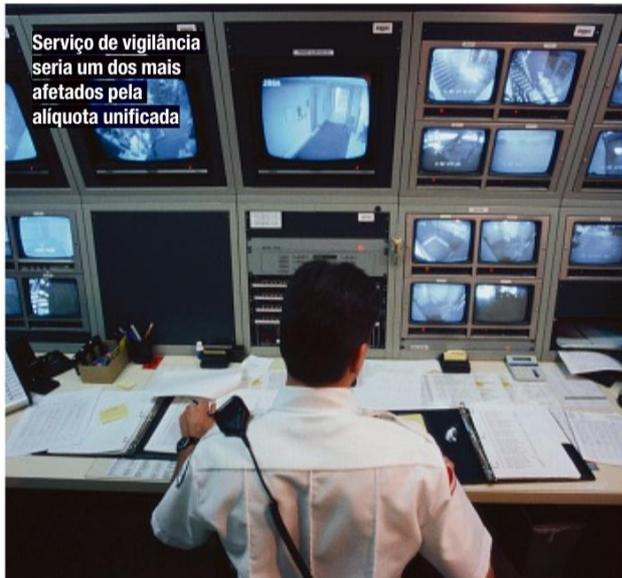
Não vejo dificuldades em aprovar os nomes que serão apresentados. Está havendo, é o que sei, um diálogo em relação aos nomes, afirmou, acrescentando que a comissão irá analisá-los assim que forem apresentados por Lula.

## Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL  
Presidente da CAE vê pouco espaço para **reforma tributária** ser aprovada neste ano

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/presidente-da-cae-ve-pouco-espaco-para-reforma-tributaria-ser-aprovada-neste-ano,8d6b370a35a8977760f9714df2ea45529aaoxib9.html>

# Alíquota unificada prejudica serviços, diz pesquisa



no imposto a ser pago. Pela apuração do IVA, não teriam os mesmos créditos das outras atividades e acabariam pagando mais **tributos**.

- O peso dos **impostos** pode quase dobrar, é um desestímulo à empregabilidade, já que, quanto mais o serviço depende de pessoas para ser prestado, maior seria a carga tributária.

Penalizar esse ramo seria prejudicial para toda a economia, porque atinge os empregos, os salários e o valor cobrado pelo serviço - alerta o diretor de Economia e Inovação da CNC, Guilherme Mercês.

O segmento de seleção, agenciamento e locação de mão de obra poderia ser o maior prejudicado pela alíquota única, aponta a pesquisa.

Em seguida, seria o de serviços para edifícios e atividades paisagísticas, responsável, por exemplo, pela terceirização de trabalhadores de limpeza. O **s e r v i ç o** d e segurança, vigilância e transporte de valores teria ampliação o da carga tributária de 163%. Já o de compra, venda e aluguel de imóveis próprios teria aumento de quase 143%.

ALÍQUOTA UNIFICADA NOS SERVIÇOS				
Veja os segmentos em que o impacto seria de mais de 100%	Correio e outras atividades de entregas 109,27%	Atividades de ensino continuado 129,32%	Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis 142,43%	Serviços de investigação, vigilância, segurança e transporte de valores 163,67%
Atividades recreativas e culturais 100,07%	Serviços auxiliares da agricultura, de pecuária e da produção florestal 115,15%	Serviços auxiliares, financeiros, dos seguros e da previdência complementar 126,33%	Serviços de escritório e apoio administrativo 143,20%	Serviços para edifícios e atividades paisagísticas 172,41%
Serviços pessoais 106,74%	Aplicação de notícias e outros serviços de informação 125,31%	Serviços técnico-profissionais 135,29%	Compra, venda e aluguel de imóveis próprios 143,66%	Seleção, agenciamento e locação de mão de obra 188,61%

Fonte: Pesquisa da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC

Uma alíquota única do Imposto de Valor Agregado (IVA) para todas as atividades da economia parece simples, mas seria extremamente prejudicial ao setor de serviços, com aumento de carga tributária de até 188%, como aponta pesquisa realizada pela Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC.

Propostas em discussão no Congresso mencionam alíquotas de **impostos** unificados que variam de 12% a 25%.

O estudo da CNC analisou o impacto da alíquota única de 12% em 30 segmentos do setor de serviços e concluiu que o aumento médio na carga tributária seria de 84%, considerando os **tributos** federais.

Como o setor de serviços é o maior empregador do país, a alíquota uniforme teria impacto direto nas vagas de trabalho.

A explicação para impacto tão negativo é que serviços dependem de muita mão de obra, mas, ao contrário dos demais setores, utilizam menos insumos e, com isso, acumulam menos créditos tributários para abater

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Produtividade cai em 2022 e cenário para 2023 segue pouco animador



Fernando Veloso, do FGV Ibre: Avanço do emprego formal não aumentou produtividade do Brasil em 2022

E as perspectivas para 2023 não são mais animadoras, com possibilidade de outra contração. As informações, antecipadas ao Valor, são do Observatório da Produtividade Regis Bonelli do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Todas as medidas de produtividade recuaram em 2022, mas com magnitudes mais parecidas entre si do que em 2021. Elas são calculadas por diversas métricas para o trabalho, em relação ao valor adicionado à economia, uma variável próxima do **PIB**, mas que exclui **impostos** e subsídios.

No ano passado, a produtividade por horas efetivamente trabalhadas - que reflete melhor os impactos gerados pela pandemia - caiu 4,5%, vindo de retração de 7,9% em 2021, mas após uma disparada de 12,7% em 2020 que contrastou com a tendência de queda média de 0,3% entre 2014 e 2019.

As horas efetivamente trabalha das pode mincluir reduções por motivo de doença, feriado ou os cortes de jornada realizados em meio à crise da covid-19, entre outros, bem como aumentos por causa de picos de produção e compensação de horas não trabalhadas, por exemplo.

As medidas de produtividade por horas habitualmente trabalhadas e pela população ocupada, por sua vez, recuaram 4,3% e 4,1%, respectivamente, em 2022.

Elas haviam caído bem menos em 2021: 0,3% e 0,2%, pela ordem.

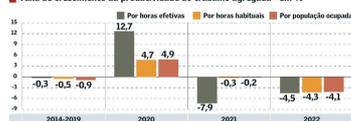
"As três medidas foram convergindo ao longo do tempo, e a pandemia não parece ter tido um efeito duradouro na produtividade do trabalho", afirma Fernando Veloso, coordenador do observatório e um dos autores do estudo sobre produtividade junto com Silvia Matos, também coordenadora, e os pesquisadores do FGV Ibre Fernando de Holanda Barbosa Filho e Paulo Peruchetti.

O resultado não deixa de ser surpreendente, segundo Veloso, porque era possível imaginar que a adoção de mais e novas tecnologias para superar os desafios **impostos** pela pandemia poderia ter algum efeito positivo na produtividade agregada. "Ele não apareceu

## Nova queda

Formalização avança, mas não traz ganhos produtivos ao Brasil

Taxa de crescimento da produtividade do trabalho agregada - em %



2,8% foi a queda da produtividade por horas efetivas no 4º trimestre de 2022, ante igual período de 2021

Evolução da produtividade do trabalho por horas efetivas em relação ao pré-covid

Número-índice (4º trim/19 = 100)



0,9% é quanto a produtividade por horas efetivas está abaixo do nível pré-covid

Evolução das categorias de ocupação na série mensalizada, com ajuste sazonal

Número-índice (fev/20 = 100)



6,9% é quanto as ocupações formais estão acima do nível pré-covid, ocupações informais estão 1% abaixo

Decomposição da variação do emprego no 4º trimestre de 2022, em relação ao 4º trimestre de 2019 - em %



28,2% é quanto o conta-própria com CNPJ está acima do nível pré-covid, sem CNPJ está 2,2% abaixo

## Anais Fernandes De São Paulo

Após nova piora no último trimestre de 2022, a produtividade do trabalho no Brasil fechou o ano passado em queda mais uma vez, apesar do avanço da formalidade no mercado de trabalho. O comportamento reforça a percepção de que os ganhos de produtividade na pandemia foram fruto de efeitos particulares e passageiros.

até agora", afirma o pesquisador, acrescentando que o mesmo foi observado em outros países.

Como todas as métricas de trabalho são medidas em relação ao valor total adicionado à economia, que não muda (subiu 3% em 2022), a contração mais sincronizada dos indicadores de produtividade no ano passado reflete "fatores trabalho" que se comportaram de forma mais semelhante.

Em 2022, houve crescimento de 7,4% no número de pessoas ocupadas, de 7,7% no total de horas habitualmente trabalhadas e de 7,9% no total de horas efetivamente trabalhadas. Em 2021, com o processo de normalização da economia após o choque da covid-19 no ano anterior, o avanço havia sido muito mais pronunciado das horas efetivas (13,8%) do que da população ocupada (5%) e das horas habituais (5,1%).

Medida de eficiência com que os fatores capital e trabalhos se transformam em produção, a chamada produtividade total dos fatores (PTF) caiu 2,9% em 2022, considerando as horas efetivas. Agora, está 3,2% abaixo do nível pré-pandemia.

Como a crise sanitária afetou mais categorias menos produtivas- outros serviços (que inclui os prestados às famílias), transporte e construção, por exemplo- e trabalhadores menos qualificados, a produtividade média do país subiu por todas as métricas em 2020. Em 2021 e 2022, conforme esses setores foram se recuperando e esses trabalhadores foram retornando ao mercado, a produtividade não só caiu em relação a 2020 como agora está aquém do patamar anterior à covid-19 - 0,9% abaixo no caso das horas efetivas.

"Fomos para um patamar mais baixo que o pré-pandemia porque a tendência já era de queda. Na PTF, é ainda pior, porque volta abaixo da tendência", diz Veloso.

O cenário de queda trimestral da produtividade, iniciado em meados de 2021, manteve-se ao longo de 2022, embora em magnitude menor a cada trimestre. Entre outubro e dezembro do ano passado, a produtividade pelas horas efetivamente trabalhadas recuou 0,9%, em relação ao mesmo período de 2021, vindo de contração de 3,3% no terceiro. Na série dessazonalizada, isto é, na comparação com os três meses imediatamente anteriores, o recuo foi de 0,3% no quarto trimestre de 2022, após queda de 0,5% no terceiro.

Chama a atenção, segundo os pesquisadores, que, ao longo de 2022, o mercado de trabalho foi sustentado pelo emprego formal, enquanto em 2021 a retomada mais rápida foi do trabalho informal.

"O informal caiu fortemente lá no auge da pandemia, mas se recuperou primeiro. Agora, o informal não está apenas desacelerando, mas efetivamente caindo, e o formal está crescendo. É surpreendente", diz Veloso.

Em dezembro de 2022, as ocupações formais estavam 6,9% acima do período pré-pandemia, enquanto as informais estavam 1% abaixo, nota o FGV Ibre. São considerados formais empregados privados, públicos e domésticos com carteira, por conta própria com CNPJ, empregadores com CNPJ, além de militares e servidores estatutários. Os informais são os trabalhadores privados e domésticos sem carteira, por conta própria sem CNPJ, empregador sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

"A geração de emprego foi desacelerando [ao longo de 2022], o que já é um fato bem documentado, e ele foi ficando mais formal", diz Veloso. Isso não se refletiu, no entanto, em ganhos de produtividade, o que também foi considerado "um pouco surpreendente", afirma, porque o trabalhador formal tende a ser mais produtivo.

Uma explicação possível é que o setor formal está sendo puxado pelo conta própria com CNPJ, que, muitas vezes, é um microempreendedor individual (MEI) operando em escala reduzida. Em dezembro de 2022, o emprego do conta própria com registro estava 28,2% acima do período pré-pandemia, enquanto o do trabalhador com carteira assinada estava apenas 5,7% acima. E outro estudo do FGV Ibre divulgado pelo Valor já aponta que quase 80% dos conta própria com CNPJ são MEI.

"A gente imagina que formalização gera aumento de produtividade, porque isso dá acesso a mercado de crédito, compras governamentais, escala para a empresa crescer sem problemas de fiscalização, ter mais capital físico e trabalhadores de maior escolaridade.

Mas esse é o formal que é uma pessoa só ou, no máximo, tem mais um empregado. Não é o que a gente imagina que vai gerar um salto de produtividade", diz Veloso.

Apesar do crescimento explosivo, o conta própria com CNPJ ainda representa pouco mais de 5 milhões de trabalhadores em um universo de quase 100 milhões de ocupados no país. Ainda assim, ponderando o peso de cada categoria, o conta própria registrado representou mais de 60% do crescimento agregado de 4% do emprego no quarto trimestre de 2022, em relação a 2019, aponta Veloso.

Além do crescimento do conta própria com CNPJ, a

volta ao mercado com força de trabalhadores menos qualificados em 2021 e 2022, após terem sido os mais impactados pela pandemia em 2020, também ajuda a explicar os limites da formalização à produtividade.

O emprego dos sem instrução formal ou com fundamental incompleto, que já recuava 3,2% em 2019 conforme a educação brasileira avançava, despencou 18,2% em 2020 com a pandemia, mas subiu 3,3% em 2021 e 7,5% em 2022.

Para quem tinha até o médio incompleto, após queda de quase 14% do emprego em 2020, houve crescimentos de 9,1% em 2021 e de 6,7% em 2022. Em 2019, sua ocupação avançava apenas 0,5%.

Mesmo entre os trabalhadores formais, o emprego cresceu 12,2% em 2022 para quem não tinha nem o fundamental completo e 8,6% para quem tinha até o médio incompleto. "É um fato um pouco surpreendente", diz Veloso.

Para 2023, a probabilidade maior é de uma nova queda da produtividade, segundo os pesquisadores.

"Quem está mais otimista com **PIB** neste ano é porque vê mais emprego, então, a característica da produtividade não muda muito. É muito mais emprego do que **PIB**", diz Matos.

A baixa produtividade é um entrave para que o país consiga crescer a taxas mais elevadas de forma sustentável, porque o Produto Interno Bruto (**PIB**) potencial do Brasil também acaba sendo menor. "São várias reformas [feitas desde 2016] que todo mundo esperaria algum impacto, mas parece que o fiscal draga a gente", observa Barbosa Filho.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Nova regra fiscal não sai antes do Copom



Segundo Haddad, anúncio do novo arcabouço fiscal deve permitir redução da Selic, mas, para analistas, é preciso esperar aval do Congresso

**Rosana Hessel**

Apesar da pressa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em definir a proposta do novo arcabouço fiscal, dificilmente ele conseguirá apresentar o texto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva antes da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), na próxima semana, dizem interlocutores da pasta. Na reunião, nos dias 21 e 22, o Copom deve decidir o nível da taxa básica de juros, atualmente em 13,75% ao ano. O governo gostaria que a taxa fosse reduzida, e a nova regra fiscal é um dos argumentos para convencer o BC a caminhar nessa direção.

Antes de Lula, porém, será preciso que Haddad apresente o arcabouço para a Junta Orçamentária, de acordo com o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa. A Junta é composta pelos ministérios da Casa Civil, da Fazenda; do Planejamento e Orçamento; e da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Costa afirmou ontem que a reunião deve acontecer "ainda nesta semana", mas não disse a data. Com isso, a apresentação do arcabouço ao presidente Lula será feita "posteriormente" e, na sequência, encaminhada ao Congresso.

Haddad, disse confiar que a definição do novo arcabouço ocorra antes da viagem de Lula à China, prevista para os dias 27 a 30 deste mês, mas o presidente deverá embarcar antes, no dia 24. "Ele acabou de pedir para remarcar, então deve ser esta semana", afirmou.

Ontem, antes da reunião ministerial no Planalto, Haddad entregou o texto ao vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Geraldo Alckmin, e afirmou que a reação do

vice "foi muito boa".

No mercado, ainda há muitas incertezas sobre os parâmetros da nova âncora fiscal. A avaliação é de que será difícil para o Banco Central sinalizar qualquer redução dos juros no próximo Copom. Interlocutores da equipe econômica sinalizaram que a nova regra deve buscar um equilíbrio fiscal de médio prazo, com alguma combinação entre recomposição de receitas e crescimento real dos gastos.

Na avaliação do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, somente após a aprovação do arcabouço pelo Congresso, "provavelmente em junho", o BC terá algo concreto para incluir no modelo de projeções de **inflação**, a fim de ancorar as expectativas e iniciar um movimento de queda dos juros. Portanto, a pressa de Haddad em querer apresentar a proposta antes do Copom não iria mudar nada.

"Enquanto o arcabouço não for aprovado não vejo nenhuma chance de o Copom baixar os juros. Por enquanto, trata-se apenas de uma declaração de intenções e não tem valor para basear uma decisão de política monetária. O risco de o Congresso ceder aos lobbies e modificar a proposta não é pequeno", avaliou Mailson.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, tem a mesma avaliação. E torce para que a proposta tenha o mínimo de interferência de gente de fora do Planejamento e da Fazenda. "O grande risco é tirarem muita coisa da regra do gasto e ela perder credibilidade", acrescentou.

Já o economista e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Luiz Gonzaga Belluzzo, considera que há espaço para o BC reduzir os juros a partir da próxima semana. "Tem gordura, sim, para, para queimar. Se a Selic continuar no patamar atual, vai ferrar com a economia", alertou.

Em relação ao novo arcabouço, Belluzzo disse esperar que o governo faça uma "proposta razoável", que ajude o país a recuperar o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), algo que não ocorrerá se o governo resolver fazer um ajuste fiscal no meio das turbulências globais. "A economia está em processo de declínio e se a economia cai ou cresce pouco, não gera receita para o superávit primário. E quando a economia capota, a receita fiscal cai", afirmou.

O consenso entre analistas é que é preciso uma regra

crível, que não fique sendo alterada anualmente, como ocorreu com o teto de gastos desde 2019, no início do governo Jair Bolsonaro (PL). O especialista em contas públicas e economista-chefe da Ryo Asset, Gabriel Leal de Barros, diz que o governo deve construir um arcabouço adequado, sem pressa. "Não adianta correr para apresentar algo que não ancore o mercado e frustrar as expectativas dos agentes econômicos, agudizando a própria trajetória fiscal que se deseja estabilizar", observou.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/15/all.pdf>**

# Rodoanel Norte é leiloado e obra tem previsão de entrega para 2026



Formado por 44 quilômetros que percorrem os municípios de São Paulo, Guarulhos e Arujá, ramal exigirá investimento de R\$ 3,4 bilhões

## GONÇALO JÚNIOR

O fundo de investimento Via Appia Infraestrutura foi o vencedor do leilão para a concessão do Trecho Norte do Rodoanel de São Paulo realizado na tarde de ontem, na sede da B3, em São Paulo. A vencedora terá cerca de três anos para concluir a obra, que deverá ser entregue em junho de 2026. Os trabalhos da última etapa do anel viário começaram em 2013 e estão paralisados desde 2018. Com o Trecho Norte em operação, o governo calcula uma redução de 30 mil caminhões e 54 mil automóveis na Marginal do Tietê, na capital.

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que este foi apenas o primeiro de vários leilões que deverão ser realizados em seu governo.

"Não dá para admitir obra parada. As pessoas vão ganhar em mobilidade com o Rodoanel Norte. São negócios na beira do Rodoanel. São pais de família que vão ter emprego e trabalhar na execução dessa obra. É o usuário que vai poupar tempo de viagem e vida.

Vamos fechar a saga do Rodoanel", afirmou o governador.

A oferta de deságio (desconto sobre o valor a ser pago pelo Estado) da vencedora foi de 100% pela contraprestação dos serviços públicos de operação, manutenção e investimentos.

Além disso, a empresa ofereceu um deságio de 23% sobre o valor do aporte público necessário para conclusão da obra. O valor estimado em investimentos é de aproximadamente R\$ 3,4 bilhões, segundo o edital publicado em agosto do ano passado. Essa licitação teve outras três concorrentes.

A obra já custou mais de R\$ 6,3 bilhões, valor 50% acima do previsto inicialmente, segundo o Tribunal de Contas do Estado (TCE).

**AFLIÇÃO.** Tarcísio afirmou que a obra sem conclusão "trazia aflição para os moradores".

"Foi um leilão emblemático.

As pessoas passavam por ali e ficavam pensando "Quando vai ficar pronto?" Gera transtorno e problema de mobilidade." O trecho concedido vai da Avenida Raimundo Pereira Magalhães, em Perus (zona norte), até a Rodovia Presidente Dutra, em Guarulhos (Grande São Paulo). São três a quatro faixas por sentido e sete túneis duplos, passando pelos municípios de São Paulo, Guarulhos e Arujá.

A Via Appia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura é gerido pela Starboard Asset. "Por meio da expertise adquirida junto aos investidores no segmento de rodovias, a Starboard acreditou no novo modelo de parcerias e concessões com o atual governo de São Paulo. A empresa já tem o projeto mapeado e entende ter reunido as condições para concluir as obras do Trecho Norte com sucesso e no prazo definido", disse o grupo em nota.

Está definido que a concessionária terá o direito de explorar os pedágios que devem adotar o modelo chamado "free flow", tecnologia eletrônica que calcula a tarifa de acordo com as características de cada veículo por quilômetro rodado, eliminando paradas em praça de pedágio. O preço previsto no trecho é de 14 centavos por quilômetro rodado, que deve totalizar R\$ 6,50 no trecho completo. "Pedágio é matemática, resultado de uma equação, de um modelo econômico.

Se você analisar a tarifa de pedágio em relação ao investimento que será feito, não haverá problema nenhum", afirmou o governador.

**HISTÓRICO.** O Rodoanel foi planejado para circundar

a área metropolitana da capital paulista e desafogar o fluxo de veículos dentro das cidades da região.

O Trecho Norte, formado por 44 quilômetros que percorrem os municípios de São Paulo, Guarulhos e Arujá, é o último para a conclusão de todo o percurso.

O governador comentou a liminar concedida à Associação Brasileira de Usuários de Rodovias sob Concessão (Usvias) que tentou impedir a realização do leilão na véspera da disputa. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ricardo Anafe, acabou suspendendo os efeitos da liminar.

"Sempre tem um espírito de porco que lança uma liminar na véspera do leilão. Mas não vamos deixar ninguém tumultuar nosso programa de concessão. Estamos aqui para fazer os investimentos acontecerem.

O Judiciário percebeu o prejuízo que seria não fazer o leilão. Tivemos quatro players.

Obra inacabada não traz taxa de retorno e não é percebida pelo cidadão." No processo, a Usvias alegou ausência de audiência pública, o que é previsto nas leis estadual e federal para parcerias público-privada, e falta de transparência na tabela de valores das tarifas de pedágio de R\$ 6,50. Previsto inicialmente para abril de 2022, o leilão foi adiado pelo próprio governo estadual, à época na gestão Rodrigo Garcia (PSDB), por "incertezas do cenário macroeconômico interno e externo e alta de preços de insumos, responsáveis pela maior **inflação** da construção civil das últimas duas décadas no País". |

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Senado quer debate com Haddad, Tebet e Campos Neto

*I LEVY TELES/BRASÍLIA*

O Senado aprovou ontem requerimento para realizar uma sessão de debates com o tema "juros, inflação e crescimento".

Serão convidados a participar os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, além de presidentes de confederações do setor produtivo nacional. O requerimento é de autoria do próprio presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "É um tema muito movimentado no País atualmente, com discussões que, por vezes, ensejam muitas divergências", disse Pacheco.

Também ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou convite para que Campos Neto compareça à Casa para se justificar sobre o erro do BC em relação a dados do mercado de câmbio entre outubro de 2021 e dezembro de 2022, no valor total de US\$ 14,5 bilhões. A ida do presidente do BC deve acontecer no dia 4 de abril.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Inflação anual argentina de 102,5% é a maior em 31 anos

**ALINE BRONZATI/NOVA YORK**

A **inflação** na Argentina avançou 6,6% em fevereiro, informou ontem o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec). O resultado representou uma aceleração em relação a janeiro, quando o índice já havia crescido 6%. Na comparação anual, a **inflação** ao consumidor no país vizinho chegou a 102,5% nos 12 meses até fevereiro - também acima da variação de 98,8% até janeiro. O índice anual superou os três dígitos pela primeira vez desde outubro de 1991.

Nos dois primeiros meses de 2023, a alta dos preços ao consumidor atingiu 13,1%. O nível geral de preços no varejo deverá ter um aumento de 100% neste ano, segundo a mais recente pesquisa de expectativas divulgada pelo Banco Central argentino, com base em relatórios dos maiores bancos e consultorias econômicas privadas do país.

O governo do presidente Alberto Fernández havia estimado no Orçamento nacional para 2023 uma taxa anual bem menor, de 60%. "Os itens com maior incidência geral foram alimentos e bebidas não alcoólicas (+9,8%), principalmente devido à incidência que representa em carnes e laticínios", segundo o relatório do Indec.

"A meta de **inflação** do governo em torno de 60% na comparação anual para dezembro parece cada vez mais inatingível", afirmou a consultoria Ecolatina em relatório. Segundo o documento, a inércia inflacionária parece "difícil de desarmar no curto prazo".

E isso se deve a uma série de fatores, entre eles, o impacto da seca sofrida pela Argentina sobre o preço de alimentos, os aumentos pendentes nas tarifas do serviço público e a dinâmica de recomposições salariais em um ano de eleições presidenciais (em outubro), em que a economia terá um peso fundamental na decisão dos eleitores.

As pressões inflacionárias também são alimentadas pelas restrições às importações, pelo aumento dos preços das diferentes taxas de câmbio que coexistem na Argentina e pelos desequilíbrios que arrastam as contas públicas e o Banco Central para financiar o Tesouro.

Segundo Eugenio Marí, economista-chefe da fundação Libertad y Progreso, os preços ao consumidor na Argentina deverão subir 110% neste ano, com "um componente muito importante de **inflação** reprimida".

"Nos últimos três anos, acumularam-se atrasos nas tarifas de luz, gás e água, nos transportes, saúde e outros itens com preços administrados", explicou Marí à agência EFE.

Soma-se a isso o desequilíbrio cambial e monetário que, segundo o especialista, "torna imprescindível que, caso a **inflação** comece a cair, se avance pelo menos para o equilíbrio fiscal consolidado e se dê real independência ao Banco Central".

Nos EUA, mercado vê pressão para nova alta dos juros

Apesar da crise dos bancos com a falência do Silicon Valley Bank (SVB), o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) se mantém pressionado a subir os juros. O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) subiu 0,4% em fevereiro ante janeiro. O índice fez Wall Street cravar suas expectativas de alta de 0,25 ponto porcentual na próxima reunião do Fed, na semana que vem.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

**INFLAÇÃO REPRIMIDA.**